



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IPOL
Curso de Ciência Política

Reflexos do poder na filiação partidária – Uma análise de governos estaduais

Luisa Bittencourt e Silva
Orientador: Carlos Augusto Mello Machado

Brasília, dezembro de 2015

LUISA BITTENCOURT E SILVA

Reflexos do poder na filiação partidária – Uma análise de governos estaduais

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política como requisito para a graduação em Ciência Política, sob a orientação do professor Carlos Augusto Mello Machado.

Brasília, dezembro de 2015

*À família de Araraquara, pelo apoio incondicional nessa trajetória.
E aos amigos de Brasília, complemento fundamental desse apoio.*

RESUMO

Neste trabalho monográfico foi discutido o impacto que a chegada ao governo estadual confere à expansão de filiados tanto do partido da situação, quanto do partido da oposição. Refletiu sobre as possíveis causas de aumento de filiados e se o movimento de filiações no âmbito estadual sofre influência das eleições nacionais. Foi utilizada metodologia quantitativa e qualitativa para estudar a relação do aumento de filiados e a distribuição de poder internamente ao partido.

Palavras-chave: filiação, eleitorado, eleições estaduais, organização partidária, distribuição de poder.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Parcela de filiados no eleitorado do Pará	25
Gráfico 2	Parcela de filiados no eleitorado do Rio Grande do Sul	31
Gráfico 3	Parcela de filiados no eleitorado do Acre	36
Gráfico 4	Parcela de filiados no eleitorado de São Paulo	41
Gráfico 5	Parcela de filiados no eleitorado de Pernambuco	47
Gráfico 6	Taxa de crescimento do eleitorado de Pernambuco	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resultado do teste da hipótese	55
Tabela 2	Parcela de filiados no eleitorado por estado	65
Tabela 3	Taxas de crescimento dos filiados e eleitorados	66
Tabela 4	Dados de filiados e eleitorados	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEM	Democratas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Pacifista Brasileiro
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
SD	Solidariedade

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Dilemas da expansão e da organização partidária – Um breve panorama dos pensamentos de Michels, Duverger e Panebianco.	11
2.1. O debate sobre organização partidária.....	11
2.2. A principal divergência entre as abordagens teóricas e a relação com a hipótese do trabalho.....	15
2.3. As implicações da teoria de Panebianco.....	17
3. Investigação do volume da organização.....	18
3.1. Seleção dos casos e procedimentos utilizados.....	18
3.2. O caso do estado do Pará (PA).....	23
3.3. O caso do Rio Grande do Sul (RS).....	29
3.4. O caso do Acre (AC).....	33
3.5. O caso de São Paulo (SP).....	39
3.6. O caso de Pernambuco (PE).....	44
4. Resultados obtidos.....	52
4.1. Grupo de controle.....	55
4.2. Interferência da dinâmica nacional na estadual.....	58
5. Conclusão.....	59
5.1. Possibilidade de novos estudos.....	62
6. Referências:.....	64
7. Anexos.....	65

1. Introdução

Nós brasileiros, estamos inseridos em um país multipartidário, com aparente predomínio no âmbito nacional e na disputa ideológica de apenas dois destes: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Desta forma, PT e PSDB na história recente do país, são partidos centrais dentro da política nacional em clara posição de antagonismo.

Levando em conta a importância dos partidos políticos para a sociedade, há muitas questões atualmente pouco tratadas na literatura a respeito da dinâmica interna dos partidos, como por exemplo, até que ponto a organização interna destes partidos são consideradas democráticas, ou qual seria o número ideal de filiados, se é contraproducente ter extrema participação e empoderamento de membros na política do partido, entre outras. A relevância do presente trabalho encontra-se na compreensão do problema que é a distribuição de poder internamente ao partido.

O intuito futuro é compreender se a expansão do partido em número de filiados pode colocar em crise a estabilidade organizacional desse. Mas por agora será possível verificar se este movimento de filiações no âmbito estadual é influenciado pela dinâmica nacional. Além disso, propõe-se responder a causa do aumento de filiados: a chegada ao poder ou manter-se no poder.

A ideia é que, ao chegar ao poder, o partido, tenderá a mudar sua dinâmica em diversos aspectos. A expectativa é que no primeiro ano de governo ganhe visibilidade e poder de atratividade, aumentando o volume de filiados significativamente, principalmente por representar uma fonte de incentivos organizativos para os filiados, ou seja, provedor de estímulos de ordem material e ideológica.

Esta maior eficiência, em atrair ou repelir filiados, pode ser proveniente de diversos fatores, pois as facções dentro do partido podem acabar utilizando amplamente da “liberdade de manobra” e manipular estratégias de centralização dos recursos para evitar que novos competidores internos acessem mais recursos do partido, os “incentivos coletivos e seletivos” (Panebianco, 1982, p.90).

Isso fica mais evidente nas ideias de Panebianco (1982, p.72) acerca da coalizão dominante de um partido. Nele estende-se o conceito de que são elites políticas dentro de um partido que controlam e influenciam a circulação de recursos, levando em consideração

também, aqueles agentes externos ao partido e que são detentores do domínio dos incentivos do partido, controlando as principais zonas de incerteza.

Quando partido cresce muito a tendência é que o grupo dominante reduza sua capacidade de controle, pois haverá diminuição no fornecimento dos incentivos, e uma maior quantidade de indivíduos novos dentro do partido tendendo a influenciar a política. Neste último caso o partido se torna suscetível a sofrer efeitos da pressão ambiental, forçando o partido a mudar sua organização. Além disto, existem partidos que preferem a estagnação, ao dificultar o ingresso de novos filiados, justamente para não lidar com divergências internas que causem instabilidade.

Em outras palavras, a estabilidade organizativa pode ser defendida pelos líderes, pela coalizão dominante: visando à expansão (estratégias de dominação do ambiente) ou desencorajando a expansão (adaptação ao ambiente). Para o autor, a instabilidade da ordem organizativa do partido significa:

A perda de controle sobre as zonas de incerteza reduz a capacidade da coalizão dominante de distribuir incentivos coletivos de identidade aos próprios seguidores. (PANEBIANCO, 1982, p.481).

Desta forma, o autor apresenta que a distribuição de recursos do partido acaba sempre se concentrando na mão de poucos, ou seja, de uma coalizão dominante. (PANEBIANCO, 1982, p.17, p.72; 73)

Alguns sintomas sentidos na sociedade como a crise da representação, podem ser provenientes desta dinâmica dos partidos políticos, onde em certos momentos há tendências centralizadoras e em outros uma propensão para a descentralização.

A crise da representação ganha notoriedade, forma, identidade, e se solidifica no Brasil por meio de constantes mobilizações que solicitam que a política (o governo) passe a representar os interesses da população. Muitos meios de comunicação e estudiosos justificaram este evento como sendo efeito do distanciamento dos interesses privados dos representantes em relação ao interesse coletivo dos representados, evidenciado por escândalos de corrupção.

O interesse de averiguar esta dinâmica do partido está em descobrir de que forma ocorre e quais as consequências para a sociedade civil. Uma vez que o crescimento do partido atinge diretamente o valor da participação e o da inclusão.

Desafios ambientais continuamente perturbam a estabilidade organizativa, o objetivo central é notar o impacto que a chegada ao poder afere à expansão do partido.

Os critérios, para testar a hipótese, visam pré-selecionar dois estados brasileiros no qual o partido do governador eleito não seja parte da base do governo no momento anterior à sua eleição, que seja preferencialmente oposição ao governo anterior. E, para o grupo de controle, pretendemos selecionar três estados, os quais apresentem maior preponderância de um partido em relação ao estabelecimento da governança no estado. Dentro deste grupo de controle, estudaremos brevemente o caso do estado de Pernambuco, no qual a predominância durante algumas eleições foi do PMDB, e que após 2006 houve inversão do cenário político, agora ocupado pela oposição PSB. Veremos no decorrer do trabalho a importância do grupo de controle, o qual visa apresentar circunstâncias diferentes para testarmos a mesma hipótese.

Além destas circunstâncias, os estados estudados que fazem parte do grupo de controle exercerão papel muito interessante, pois caso parte significativa deles demonstra um aumento na taxa de crescimento de filiados isso significará que a estratégia de se manter no poder é muito mais eficiente para adquirir maior número de filiados.

2. Dilemas da expansão e da organização partidária – Um breve panorama dos pensamentos de Michels, Duverger e Panebianco.

2.1. O debate sobre organização partidária

Nesta primeira etapa trataremos de um breve diálogo entre os principais autores que se referem à questão organizacional dos partidos políticos, principalmente no que tange ao aumento da organização partidária e à importância dessa filiação partidária como ferramenta da coalizão dominante.

Se levarmos em conta que o sindicato é a base organizacional do partido operário, consideraremos a perspectiva de Michels ao afirmar que, conforme os sindicatos crescem de tamanho, ficando cada vez maiores e mais ricos eles interrompem o recrutamento de novos membros, criando mecanismo e formas para dificultar a associação de novos membros.

Partindo dessa ideia, questionamos: Será que os partidos políticos se utilizam de obstáculos contra sua própria expansão, como uma forma de estratégia política?

A resposta de Robert Michels para esta pergunta é sim. Antes de tratarmos da questão de expansão estratégica dos partidos políticos, é importante entendermos por que, o autor considera difícil para um partido manter-se democrático em sua organização.

Para Michels (1982, p.10) democracia não chega a ser uma utopia, ela é viável; no entanto este conceito ideal chegaria próximo ao que ele chama de o “autogoverno das massas, conforme as decisões das assembleias populares”. O autor expõe que neste conceito de democracia viável o governo no comando estaria extremamente suscetível a golpes, pela facilidade de dominar a massa que estaria no comando. Assim, a soberania da massa, o governo direto, seria quase impossível de se tornar e de se manter como realidade também em níveis menores, como um partido. E completa explicando o que isso acarreta:

Qualquer organização solidamente constituída, quer se trate de um Estado democrático, de um partido político ou de uma liga de resistência proletária, oferece um terreno eminentemente favorável à diferenciação dos órgãos e funções.

Quanto mais o aparelho de uma organização se complica, isto é, quanto mais aumenta o número de seus membros, seus recursos financeiros e a imprensa que a serve, mais o governo direto da massa perde terreno para ser suplantado pelo poder crescente dos comitês. (MICHELS, 1982, p.21 e p.22).

Essa linha de pensamento de Michels é construída pensando na diferenciação dos órgãos e funções e o que isso poderia ocasionar. Ou seja, o autogoverno das massas é insustentável, pois na medida em que é conhecido como uma organização e apresenta crescimento (em membros, em recursos, etc.) ele terá modificações em sua estrutura, na quantidade e na qualidade de suas funções, na prestação de contas etc., criando condições pra diferenciação dentro da organização. Da mesma forma, o autogoverno em partidos políticos é praticamente incapaz de ser mantido, pois qualquer organização gera diferenciação de funções, principalmente quando a organização se expande. No caso dos partidos políticos, uma das maneiras de se notar esta expansão é através do monitoramento do número de filiados e do financiamento privado de campanha eleitoral.

Desta forma é possível inferir que, para o autor, a tendência é caminhar para o acúmulo de funções e a centralização das decisões, pois irá favorecer a organização no quesito “rapidez da resolução” apesar de ser incompatível com a democracia. A questão da burocratização e das tendências centralizadoras, onde, de forma geral, a especialização dos membros do partido para determinadas tarefas libere menos tempo para discussão filosófica e para a doutrina, faz com que os novos membros, que adentram ao partido com esta carga ideológica, acabem não sendo bem vistos, ocorrendo assim uma degeneração da política.

Portanto, quanto maior for a especialização das funções dentro do partido, maior será a burocracia, portanto mais restrito e mais rígido. Assim, na medida em que a organização cresce, a luta pelos grandes princípios se torna quase impossível e os partidos políticos

acabam se estendendo e fortalecendo a sua organização, perdendo e dissipando os ideais revolucionários e tornando-se “inerte e pesado, preguiçoso não somente na ação, mas também no pensamento”, deixando de importar a luta por princípios e passando a ser importante a competição política pelo poder, correndo o risco de tornar-se simplesmente uma organização (MICHELS, 1982, p.220 e p.222).

Depreende-se dessas ideias que “[t]oda organização de partido representa uma potência oligárquica repousada sobre uma base democrática” (Michels, 1982, p.238). Ou seja, o partido tende a se burocratizar e centralizar suas atividades em diferenciações de tarefas, cada vez mais específicas, perdendo o interesse nos ideais democráticos. Em outras palavras, inicialmente os partidos políticos são organizações com ideais, que com o passar do tempo tornam-se apenas organizações pura e simples. Assim, quanto mais uma organização democrática cresce de tamanho (membros, recursos, visibilidade, etc.) maior será a diferenciação das funções e órgãos, maior o acúmulo de funções, menor a preocupação com a doutrina política, maior a centralização de decisões, e assim maior burocratização da organização, deixando de ter alguns princípios fundamentais da democracia.

Portanto, para Michels (1982), o verdadeiro objetivo dos dirigentes não é alcançar objetivos, mas sobreviver no poder por mais tempo. Supõe-se uma concepção um pouco evolucionista, pois propõe que o crescimento da organização ocasionaria em uma divisão do trabalho interno ao partido, pois o aumento da base fortaleceria o prestígio daqueles que estariam no poder do partido, os líderes; de certa forma, entende-se que para sobreviver o partido precisa se institucionalizar. Com isto, Panebianco explica que a “teoria da substituição dos fins” de Michels, a despeito dos objetivos originais de um partido, não pode deixar de considerar o imperativo da sobrevivência para a realização desses objetivos específicos, ou seja, o partido não consegue permanecer como os mesmos princípios originais como no início (PANEBIANCO, 1982, p.13).

A tese de Panebianco é de que os partidos são burocracias que necessitam de mecanismos para que mantenham sua estabilidade e continuidade das próprias hierarquias internas e associações voluntárias (filiação, por exemplo). Dessa forma, os partidos devem garantir uma partição mínima dessas associações ao distribuir incentivos coletivos e seletivos. (PANEBIANCO, 2005 [1982], p.19 e p.20). Portanto a forma e a porcentagem em que estes incentivos serão distribuídos dependem de cada partido, e o modo de como isso ocorre permite entender as lealdades organizativas existentes dentro do partido.

Partindo disto, o autor define os tipos de incentivos a serem distribuídos dentro de um partido, assim, os incentivos seletivos podem ser de poder, materiais, ou de *status*, comumente utilizados para explicar o comportamento de elites e coalizão dominante no interior do partido. Neste caso, prevalecem às estratégias de adaptação ao ambiente, uma vez que o intuito é manter-se no poder, sendo que o partido possui a opção de se adaptar ao ambiente ou de dominar o ambiente. Ou seja, no primeiro caso o ambiente influencia a organização, e no outro caso a própria organização domina, modificando e adaptando o próprio ambiente à elas.

No caso, os incentivos coletivos podem ser de identidade, solidariedade, ou ideológicos. A distribuição destes incentivos pode se dar através da própria ideologia do partido, e é de suma importância para alimentar a lealdade organizativa.

Assim o autor explica a relação dos incentivos e da dominação do ambiente:

Resumindo, os interesses pela autoconservação, alimentados pelos incentivos seletivos, levam a organização a se adaptar ao próprio ambiente, enquanto as lealdades relacionadas aos incentivos coletivos e, enfim, à ideologia organizativa, levam-na a dominar o próprio ambiente (PANEBIANCO, 1982, p.26).

Portanto conclui-se que a forma como a organização interna do partido decidir como ocorrerá a distribuição dos incentivos será decisiva na forma estratégica adotada pelo partido, ou seja, se será um partido que domina ou que se adapta ao ambiente.

De acordo com Duverger (1980, [1951]), os eleitores também são, em alguma medida, destinatários dos incentivos organizacionais. Nesse caso eles podem se beneficiar de incentivos coletivos de identidade ou de incentivos seletivos ligados a serviços de assistência ao partido. Tais objetivos são importantes, pois promovem lealdade à organização partidária. Para Duverger, segundo Panebianco (2005 [1982], p.50) devido a estas questões, o círculo mais externo dos que recebem incentivos, pertence aos eleitores. Na área mais interna do círculo ficam os filiados, protetores do partido no qual o incentivo é a militância. Além desses, ainda existem os militantes interessados em incentivos seletivos, chamados de “carreiristas”.

A opção de receber maiores incentivos seletivos conforme a hierarquia do partido pode trazer algumas consequências segundo Panebianco, como por exemplo, ampliar e diversificar as categorias de postos bem como criação de mais cargos de responsabilidade, e gerar uma distribuição diferenciada de incentivos seletivos de status. Ou seja, algo próximo do que Michels sugeriu acerca da diferenciação dos órgãos dentro da organização.

Panebianco inclui as zonas de incerteza como um dos recursos do poder organizativo para trazer o jogo político a seu favor. As zonas de incertezas ocorrem em algumas atividades fundamentais para a organização, sendo desenvolvidas nos seguintes meios: através da competência, especialização das funções dentro do partido; das relações com o ambiente, ou seja, atenção aos temas que devem ser tratados; o saber interpretar das regras formais; saber controlar os caminhos pelos quais os recursos perpassam; e por último ter o controle da estrutura de oportunidades dentro do partido.

Assim, para o autor, a coalizão dominante não será constituída apenas por aqueles agentes formais dentro do partido que controlam as principais decisões, mas também são os agentes externos, que também controlam estas zonas de incertezas mais fundamentais para a organização e que acabam sendo o centro de distribuição de incentivos organizativos. (PANEBIANCO, 1982, p.72,73 e 74)

Partindo deste raciocínio é possível inferir que os filiados de um partido podem ser utilizados como mecanismos que possibilitem a estabilidade e a continuidade de uma coalizão dominante que tem controle sobre os canais pelos quais os incentivos passam dentro do partido, resultando na autoconservação, na estabilidade da organização. Por isso a importância de estudarmos a dinâmica da expansão de filiados para assimilar, em alguma medida, o sistema interno do partido.

2.2. A principal divergência entre as abordagens teóricas e a relação com a hipótese do trabalho

Assim como para Michels, Duverger acredita que o partido se ocupa principalmente de problemas de cunho político deixando em segundo plano a doutrina e ideologia, manifestando na prática tendências oligárquicas.

Duverger notará um movimento de extrema importância, no Partido Socialista Francês, que chama de “ciclo eleitoral”. Durante as eleições gerais o partido apresenta aspecto sazonal, ou seja, haveria dois anos de “inflação”, aumento do número de adeptos ao partido imediatamente à eleição, seguido por dois anos de “deflação” (ou estabilização). Neste caso, para o autor, a causa dessa variação precisa ser investigada mais detalhadamente, pois pode ter caráter econômico, assim como pode estar relacionada com o ingresso de adeptos instáveis no partido. (DUVERGER, 1951, p.121; p.123).

A hipótese do presente trabalho é de que ao galgar o poder, no ano seguinte, o partido terá um crescimento no número de filiados e na medida em que o partido sair do poder ele tende a perder atratividade, portanto o número de filiados decresce. Assim esta hipótese contém elementos da perspectiva de Duverger, no entanto abordaremos essa variação de filiados como uma estratégia política do partido, utilizando alguns princípios de Panebianco para compreender este movimento de filiados, como alguns que trataremos a seguir.

Como vimos, para Panebianco o objetivo primordial é a estabilidade organizativa, enquanto Michels entende que o mais importante para o partido é o aumento do conservadorismo político. Ou seja, que a estratégia mais lógica perante a este objetivo é que o partido cresça sempre, em todas as dimensões, tanto em recursos de poder político quanto financeiros, predominando sobre o ambiente e perante as outras organizações.

No entanto, Panebianco acaba discordando de Michels, pois existem diversos aspectos, nesta estratégia de crescimento do partido que podem causar o efeito inverso, e acabar prejudicando a estabilidade do partido. Por exemplo, quando ocorre um inchaço súbito no número de filiados isso pode causar crises internas na coesão do partido devido à entrada de diferentes e novas formas de ideologias que podem causar conflitos e desequilíbrios internos; além disso, existem casos em que o aumento de filiados provém de uma rivalidade de facções dentro de um mesmo partido que procura recrutar mais força aliada para fazer parte da facção, e então se destacar e ganhar poder dentro do partido. Mas este crescimento de filiados pode também fortalecer a estabilidade do partido quando, por exemplo, o crescimento da organização consolida um grupo dirigente no partido.

Portanto a estratégia irá depender do interior da organização, seja no interesse pela estagnação ou pela expansão da organização. Como o interior da organização e os objetivos estão sempre em constante alteração reagindo às mudanças externas cada partido adota a tática de poder que melhor se adequa as suas formas. (PANEBIANCO, 1982, p.86; p.87).

A hipótese central de Panebianco é de que:

“(…) os partidos se diferenciam principalmente pelo grau de institucionalização alcançado, que, por sua vez, depende das modalidades de formação do partido, do tipo de modelo originário (e também do tipo de influências ambientais a que a organização é submetida)”. (PANEBIANCO, 1982, p.103).

A evolução organizativa dos partidos está fortemente relacionada a fatores como: a história da organização e as relações estabelecidas com o ambiente externo. Desta forma, um grau de institucionalização forte significa a existência de uma coalização dominante coesa, portanto também denota uma forte concentração na distribuição dos incentivos organizativos

e de controle sobre as zonas de incerteza. Já um grau de institucionalização mais fraco representa uma coalizão dominante pouco coesa, talvez dividida em facções, com ausência de uma central de monopólio de distribuição dos incentivos e com uma consequente dispersão do controle das zonas de incerteza.

2.3. As implicações da teoria de Panebianco

A questão, da mudança da ordem organizativa, é de extrema importância para compreendermos a dinâmica política atual; é um dilema que os partidos políticos podem enfrentar, sendo que o principal termo a ser observado, como vimos, é a mudança da disposição da coalizão dominante. A mudança dentro da organização que gera maiores efeitos colaterais pode ocorrer na disposição da coalizão dominante, isto é, na sua conformação. Ela irá mudar se alterarem o grau de coesão e o grau de estabilidade da coalizão. Quando o mapa organizativo mudar, as relações de dominação e subordinação também se alterarão. (PANEBIANCO, 1982, p.474 e 475).

Portanto quando ocorre uma mudança da ordem organizativa do partido, de acordo com o autor, ela normalmente é desencadeada por uma pressão de ordem ambiental, que resulta em uma mudança da composição do grupo dirigente, ou seja, substituição da coalizão dominante. Essa nova fisionomia do partido implica em uma reestruturação organizativa, isto é, em uma redefinição dos objetivos oficiais. (PANEBIANCO, 1982, p.476). O autor explica que:

Enquanto o sistema estiver em equilíbrio, ou seja, enquanto a coalizão dominante conseguir equilibrar a distribuição de incentivos de identidade e de incentivos seletivos, as elites minoritárias, os grupos excluídos da coalizão, não tem muitas chances de reestruturar em seu próprio favor as alianças internas, uma vez que os recursos do poder (...) estão concentrados nas mãos da coalizão dominante. É ruptura do equilíbrio que abre caminho para a passagem de grupos até então excluídos (PANEBIANCO, 1982, p.480).

O autor esclarece que quando o partido não tem controle sobre as zonas de incerteza do ambiente, pode originar uma crise organizativa, sendo que esta crise tem como cerne a crise de identidade. Como vimos, a coalizão dominante acaba perdendo seu poder de manipulação das zonas de incerteza e conseqüentemente sua capacidade de distribuir incentivos coletivos de identidade aos seguidores também é reduzida (PANEBIANCO, 1982, p.481). Enquanto a coalizão dominante de determinado partido continuar mantendo o domínio sobre a distribuição dos recursos de poder, os grupos minoritários não terão capacidade de

reestruturar o partido a seu favor. Esse cenário só irá mudar quando for notória a queda dos incentivos coletivos de identidade distribuídos aos filiados. Isso irá demonstrar que a coalizão dominante não está sendo capaz de controlar todas as zonas de incerteza do partido, resultando em uma ruptura em seu equilíbrio, através da mudança da composição de parte do grupo dirigente.

Sendo assim, a extensão dessa mudança da ordem organizativa raramente ocorrerá com a “troca” absoluta de todos os membros da elite, ou como Michels chama de “circulação das elites”. Panebianco dirá que será muito mais fácil ocorrer uma mudança em que haja um amálgama dos grupos predominantes do que uma total substituição da coalizão dominante.

Portanto conclui-se que o poder organizativo é baseado em trocas de incentivos para que haja controle sobre as zonas de incerteza organizativa. A implicação da teoria de Panebianco para nossa perspectiva seria a de que os partidos políticos são comandados por elites dominantes de seu interior, que buscam o tempo todo estabilidade e equilíbrio por meio do controle das zonas de incerteza. Entre elas incluem a distribuição de incentivos coletivos de identidade e seletivos, mantendo a estrutura de poder interna cristalizada, mesmo sem aparente ameaça, para manter o equilíbrio dentro do partido. É possível inferir que esta estratégia de monopólio dos recursos de poder por parte da coalizão dominante, faz com que o partido perca suas principais características de uma organização ideológica e democrática. Isso acontece principalmente quando desconsidera os grupos excluídos da coalização no processo de tomada de decisões que ocorre dentro do partido, podendo causar uma crise de representatividade no contexto geral tanto estadual, quanto nacional.

3. Investigação do volume da organização

3.1. Seleção dos casos e procedimentos utilizados

Os estados do Pará (PA) e do Rio Grande do Sul (RS), casos exemplares, sendo os primeiros a serem analisados e nos quais será testada a hipótese. Em seguida será usado o mesmo procedimento para o grupo de controle composto pelos estados de Acre (AC), São Paulo (SP) e Pernambuco (PE). Como casos exemplares foram escolhidos aqueles em que há sempre o predomínio do número de eleições vencidas consecutivamente por um partido sobre o outro, mas em que a oposição acaba vencendo um dos pleitos. Isto é, os casos selecionados

são aqueles em que o estado se manteve sob o governo de determinado partido e em certo momento passou por uma alteração em que a oposição torna o poder. Por exemplo, no caso do PA: em 2002 o governador eleito foi do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 2006 do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2010 do PSDB, em 2014 do PSDB; e no caso do RS: em 2002 o governador eleito foi do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas tinha o PSDB em sua coligação, em 2006 foi PSDB, em 2010 PT e em 2014 PMDB.

Já os casos do grupo de controle foram selecionados de acordo com os estados que tiveram a permanência de um mesmo partido no governo por mais de dois mandatos consecutivos. Por exemplo, no AC, de 1998 até 2014 são eleitos somente candidatos do PT; no caso de SP o PSDB é eleito de 1998 a 2014; e o caso de PE, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) venceu as eleições de 2006, 2010 e 2014. Dessa forma o grupo de controle possibilitará verificar se o aumento ou a redução de filiação é simplesmente pela transferência de poder, pela dinâmica da competição eleitoral, ou que talvez o mais importante para conseguir mais filiados seja manter-se no poder.

A hipótese é de que ao assumir no ano seguinte o poder, o partido terá um crescimento no número de filiações e na medida em que o partido deixa o poder, o número de filiados decresce. Portanto a hipótese nula será de que ao chegar ao governo não gere aumento no número de filiados ou de que este número diminua instantaneamente.

Outra hipótese a ser verificada neste momento, é a influência da dinâmica nacional no ambiente estadual. Em 2006, por exemplo, ocorreu a eleição presidencial e o candidato vencedor foi Luiz Inácio “Lula” da Silva do PT; em 2010 quem venceu as eleições foi a candidata do PT Dilma Rousseff. Portanto existe a possibilidade de o âmbito estadual influenciado pela dinâmica nacional. Para isso ser verdade os estados precisam apresentar uma taxa de crescimento de filiados do PT nos anos de 2007 e 2011 e uma queda na taxa de crescimento de filiados do PSDB nestes mesmos anos, que independem dos resultados das eleições estaduais. No entanto é preciso levar em conta que o PT possui uma história de militância política, portanto a admissão de filiados tende a ser mais ativa do que a de outros partidos.

Antes de iniciarmos a análise é importante esclarecer alguns procedimentos. Primeiramente deve-se levar em conta de que o ano de eleição é diferente do ano em que o governador estará efetivamente no mandato. O primeiro ano de governo é o ano em que haverá maior possibilidade de atração e nos anos seguintes essa relevância irá reduzir.

Portanto o que irá importar para a análise será o ano em que de fato o partido entra no poder, onde o interesse é mais forte e visível, quando investigados governos que se iniciam, por exemplo, em 2006 ou 2010, o ano mais relevante para nosso estudo deverá ser respectivamente 2007 e 2011, correspondentes ao primeiro ano de cada mandato.

Em relação aos filiados, os anos alvos serão 2006 a 2011, mas foram coletados dados desde 2005 até 2014, sendo que todos eles foram recolhidos no mês de dezembro referente ao respectivo ano. Os dados do ano de 2005 serão uma exceção neste trabalho, pois na época da coleta, a data mais próxima de dezembro disponível era o mês de novembro. Todos os dados coletados para ano de 2005 são referentes ao mês de novembro, por não existir dados de dezembro.

A taxa de crescimento anual do eleitorado de cada estado foi coletada nos meses de dezembro de cada ano. A intenção era estabelecer uma maior conexão com a taxa de crescimento de filiados que também foi coletada em dezembro, ao invés de coletar no mês de setembro, como é habitual em trabalhos acadêmicos.

Outra questão a ser esclarecida é a relação entre filiados e o eleitorado; neste trabalho foi adotada a definição do Tribunal Superior Eleitoral de que:

A filiação partidária é o ato pelo qual um eleitor aceita, adota o programa e passa a integrar um partido político. Esse vínculo que se estabelece entre o cidadão e o partido é condição de elegibilidade, conforme disposto no art. 14, § 3º, V, da Constituição Federal (Tribunal Superior Eleitoral. Filiação Partidária, 2015).

Entendemos, portanto que para ser filiado de determinado partido, fazer parte do eleitorado, ou seja, possuir título de eleitor é requisito básico. E que fazer parte do eleitorado do estado não implica ser filiado a algum partido.

Sendo assim é importante frisar que a taxas de crescimento de filiados dos partidos não demonstram tanto a realidade quando apresentadas sozinhas. É necessário associá-las com o crescimento do eleitorado, o que promove um aspecto muito mais universal à análise, pois possibilita visualizar o crescimento de determinada filiação dentro da porção total de eleitorado e acompanhar seu crescimento na eleição seguinte.

Para este propósito, foi calculada a taxa de crescimento do eleitorado, referente a cada estado, e a taxa de crescimento dos filiados de determinado partido, no mesmo período. Estes resultados são encontrados em porcentagem na Tabela 2(em anexo), relativa à “Parcela de filiados no eleitorado”. No entanto, além deste dado, faremos uso de outra porcentagem, que se verifica na Tabela 3 (em anexo), acerca das “Taxas de crescimento dos filiados e

eleitorados”. Estas duas tabelas são de extrema importância para nossa análise, pois expressa o aumento do partido em porcentagem, o que facilita a assimilação e a comparação com outros partidos.

Já a Tabela 4 (em anexo) sobre “Dados de filiados e eleitorados”, irá permitir uma quantificação destas porcentagens, ou seja, será mais fácil visualizar o tamanho do partido quando o número real de filiados for citado.

A seguir, serão apresentadas as equações utilizadas na aquisição e análise dos dados.

Cálculo do eleitorado:

$$E_{UF} = \sum F_{UF \text{ Partidos}} + E_{UF \text{ Não Filiados}}$$

E_{UF} – Eleitorado no UF

$F_{UF \text{ Partidos}}$ – Filiados do Partido no UF

$E_{UF \text{ Não Filiados}}$ – Eleitorado não filiado no UF

Exemplo: cálculo do eleitorado de São Paulo,

$$E_{SP} = F_{SP \text{ PT}} + F_{SP \text{ PSDB}} + \sum F_{SP \text{ Outros Partidos}} + E_{SP \text{ Não Filiados}}$$

Parcela de filiados no eleitorado por estado:

$$PF_{UF \text{ Partido}} = \frac{F_{UF \text{ Partido}}}{E_{UF}} (\%)$$

$PF_{UF \text{ Partido}}$ – Parcela de Filiados do Partido no eleitorado do UF

Exemplo: Parcela de Filiados do PSDB no eleitorado de São Paulo,

$$PF_{SP \text{ PSDB}} = \frac{F_{SP \text{ PSDB}}}{E_{SP}} (\%)$$

$$\text{Parcela de filiados do PSDB no eleitorado de SP} = \frac{\text{Filiados do PSDB em SP}}{\text{Eleitorado de SP}} (\%)$$

Taxa de crescimento do eleitorado no UF:

$\Delta E_{UF \text{ ano1 ano2}}$ – Variação do eleitorado do UF entre o ano 1 e ano 2,

$$\Delta E_{UF \text{ ano1 ano2}} = \frac{E_{UF \text{ ano2}} - E_{UF \text{ ano1}}}{E_{UF \text{ ano1}}} (\%)$$

Exemplo: taxa de crescimento do eleitorado em São Paulo entre 2008 e 2009,

$$\Delta E_{SP \text{ 2008 2009}} = \frac{E_{SP \text{ 2009}} - E_{SP \text{ 2008}}}{E_{SP \text{ 2008}}} (\%)$$

Taxa de crescimento do filiado do Partido no UF entre o ano 1 e ano 2:

$$\Delta F_{UF \text{ Partido ano1 ano2}} = \frac{F_{UF \text{ Partido ano2}} - F_{UF \text{ Partido ano1}}}{F_{UF \text{ Partido ano1}}} (\%)$$

$\Delta F_{UF \text{ Partido ano1 ano2}}$ – Variação dos filiados de um Partido no UF entre o ano 1 e ano 2,

Exemplo: taxa de crescimento do filiado do PT em São Paulo entre 2008 e 2009,

$$\Delta F_{SP \text{ PT 2008 2009}} = \frac{F_{SP \text{ PT 2009}} - F_{SP \text{ PT 2008}}}{F_{SP \text{ PT 2008}}} (\%)$$

Além disso, podemos provar que se a taxa de crescimento de filiados de um partido for maior do que a taxa de crescimento do eleitorado de um UF, a parcela de filiados daquele partido no eleitorado vai aumentar.

Supondo que a taxa de crescimento de filiados de um partido seja maior do que a taxa de crescimento do eleitorado em um estado (UF) entre o ano 1 e ano 2:

$$\begin{aligned} \Delta F_{UF \text{ Partido ano1 ano2}} &> \Delta E_{UF \text{ ano1 ano2}} \\ \frac{F_{UF \text{ Partido ano2}} - F_{UF \text{ Partido ano1}}}{F_{UF \text{ Partido ano1}}} &> \frac{E_{UF \text{ ano2}} - E_{UF \text{ ano1}}}{E_{UF \text{ ano1}}} \\ \frac{F_{UF \text{ Partido ano2}}}{F_{UF \text{ Partido ano1}}} - 1 &> \frac{E_{UF \text{ ano2}}}{E_{UF \text{ ano1}}} - 1 \\ \frac{F_{UF \text{ Partido ano2}}}{F_{UF \text{ Partido ano1}}} &> \frac{E_{UF \text{ ano2}}}{E_{UF \text{ ano1}}} \end{aligned}$$

$$\frac{F_{UF Partido ano2}}{E_{UF ano2}} > \frac{F_{UF Partido ano1}}{E_{UF ano1}}$$

$$PF_{UF Partido ano2} > PF_{UF Partido ano1}$$

Assim, se $\Delta F_{UF Partido ano1 ano2} > \Delta E_{UF ano1 ano2}$, logo $PF_{UF Partido ano2} > PF_{UF Partido ano1}$

Por exemplo, no Pará entre 2011 e 2012 a taxa de crescimento de filiados no PT foi de 3,12% e a taxa de crescimento do eleitorado foi de 5,69%. Como a taxa de crescimento de filiados foi inferior à taxa de crescimento do eleitorado, houve uma redução na parcela de filiados do PT neste mesmo período de 1,14% para 1,12%.

Entre 2012 e 2013, a taxa de crescimento de filiados do PT no Pará foi de 3,73%, valor próximo da taxa obtida no ano anterior. Porém, o eleitorado cresceu apenas 0,40%, de forma que a parcela de filiados do PT no eleitorado aumentou neste período de 1,12% para 1,15%.

Portanto, seguindo este raciocínio, podemos determinar o comportamento da variação da parcela de filiados no eleitorado de um estado comparando as taxas de crescimento de filiados e eleitorado.

3.2. O caso do estado do Pará (PA)

Antes de iniciar a investigação acerca dos dados referentes ao recorte específico da história das eleições no estado do Pará, é indispensável uma breve contextualização sobre a política da região.

O primeiro caso a ser analisado é do estado do Pará (PA), onde em 2006 o governador era do PT, e nas eleições de 2010 passou a ser governado pelo PSDB. A expectativa era que ocorresse um movimento em que o PT tivesse um crescimento no número de filiados em 2007, e apresentasse uma queda após a oposição assumir o governo em 2010. Já para o PSDB seria esperada uma queda no número de filiados em 2007 quando o PT estivesse efetivamente no governo, e um aumento em 2011, quando o PSDB já era governo há um ano. Portanto é esperado que os partidos tenham movimentos divergentes um do outro, enquanto o número de filiados de um tende a subir o do outro tende a cair.

A política recente do Pará é marcada pela polarização entre o PSDB e o PT, isso fica bem evidente quando sondamos as eleições partindo de 1998. Sendo assim, em 1998, o governador eleito foi do PSDB, o candidato, Almir Gabriel.

Em 2002 também foi eleito um candidato do PSDB Simão Jatene, com o apoio de Almir Gabriel (PSDB). O interessante é que até então o PT não havia lançado candidatos relevantes, mas um nome no partido já surgia: o de Ana Júlia Carepa (PT) que em 2002 concorreu para uma cadeira de senadora, para a qual foi eleita.

Nas eleições de 2006, Ana Júlia Carepa do PT concorreu ao cargo de governadora, juntamente com o ex-governador (do ano de 1998) Almir Gabriel do PSDB, mas a candidata do PT levou o cargo. Isso gerou um marco na política paraense, pelo fato de se tratar de um único governo do PT após tantos anos de controle peessedebista. Por isto este período de 2006 é tão significativa para nossa análise.

No ano de 2010, Ana Júlia Carepa do PT tenta uma reeleição ao governo do Pará, dessa vez com o apoio do presidente Lula, no entanto quem vence esta eleição é Simão Jatene do PSDB, ex-governador de 2002. Este período é tão significativa para nossa análise quanto o anterior, pois representa o retorno do governo nas mãos do PSDB, além de sugerir que a dinâmica nacional de não interfere muito na política estadual.

Já no ano de 2014, aparentemente o PT não apresentou nenhum candidato competitivo para o cargo de governador. Os dois principais concorrentes foram o candidato a reeleição, Simão Jatene (PSDB) e do Helder Barbalho (PMDB), novamente o candidato Jatene saiu vitorioso.

Ao observar os dados de 2006 para 2007, nota-se que houve um crescimento na taxa de crescimento dos filiados do PT de 35,54% assim como o previsto; e no caso do PSDB a taxa de crescimento de filiados aumentou em apenas 2,02%. Isso mostra que parte do resultado esperado foi alcançado, pois ao chegar ao poder em 2006 o PT inchou, mas isso não implicou uma queda no número de filiados do PSDB. Quando estes filiados são inseridos no eleitorado total do estado, o resultado não é diferente.

Neste caso o número de filiados do PT representava 0,82% da fatia do eleitorado em 2007, sendo que em 2006 ocupava 0,62%. Portanto houve um crescimento também visível neste aspecto. Já no caso do PSDB, com este novo cálculo é possível ver como a quantidade do número de seus filiados caiu em relação ao todo. Em 2006 a parcela de filiados do PSDB no eleitorado do estado era de 0,69% e em 2007 passou para 0,68%. Portanto, deste modo às expectativas iniciais são cumpridas; o PT cresce e o PSDB cai em 2007.

Um evento importante e visível no Gráfico 1, é o momento em que o PT ultrapassa o PSDB em número de filiados no período de 2006 para 2007. Onde o PT possuía em 2006: 25.878 filiados, dando um salto para 35.074 em 2007; enquanto o PSDB tinha 28.573 filiados em 2006, um valor maior, apesar do PT estar no governo, passando para apenas 29.150 filiados em 2007.

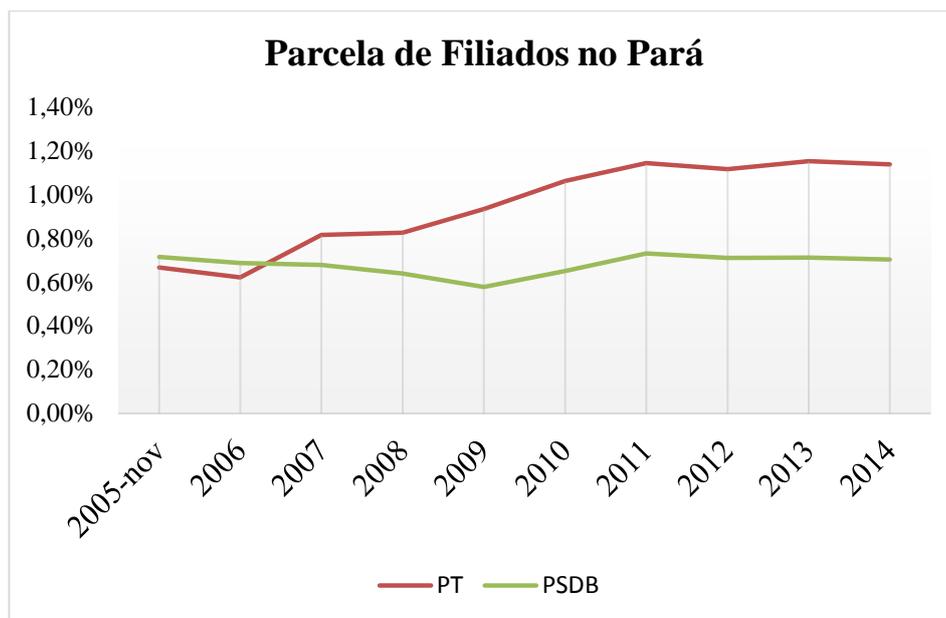


Gráfico 1 - Parcela de filiados no eleitorado do Pará

Quando olhamos a segunda parte da análise, de 2010 para 2011, onde o esperado é que, pela mudança de governo, a taxa de filiados do PT de 2010 para 2011 caia e que a taxa de filiados do PSDB cresça neste mesmo período.

Assim observando apenas as taxas de crescimento dos filiados, o PT, neste período de 2010 para 2011, teve um crescimento de apenas 9,05%, enquanto o PSDB teve um crescimento relativamente maior, de 13,64% neste período. Ou seja, em 2010 o PT tinha 50.587 filiados e passou a ter 55.165, enquanto o PSDB tinha 31.009 e passou para 35.240. O PT não chegou a ter o seu número de filiados reduzido, mas pode-se dizer que o poder de atratividade do PSDB foi muito maior.

Era esperado que, na eleição de 2010, o candidato Simão Jatene do PSDB contribuísse para o aumento da taxa de crescimento de filiados de seu partido. Foi exatamente o que ocorreu: a taxa de crescimento de filiados do PSDB foi maior que a do PT. Mesmo assim o número de filiados do PT apesar de não ter atingido a taxa de crescimento de 17,84%, correspondente ao ano de 2010, conseguiu em 2011, um aumento de 9,05%. Isso significa

que a taxa de crescimento em 2010 foi maior do que em 2011, sendo que a expectativa era de que em 2011 o crescimento fosse mais significativo, uma vez que representa o primeiro ano de governo do partido.

No entanto quando comparados estes dados com os do eleitorado total do estado, o resultado pode ser distinto. Em 2010 a fatia dos filiados do PT no eleitorado do estado representava 1,06%, passando para 1,14% em 2011, tendo assim um sucinto aumento. Coincidentemente o PSDB aumentou a mesma quantia (de 0,08%) no mesmo período, passando de 0,65% para 0,73%. Portanto se olharmos no Gráfico 1, veremos um crescimento igual de ambos os partidos, embora o PT ocupe uma parcela maior do eleitorado do Pará, assim ambos cresceram, quando a expectativa era de que o número de filiados do PT caísse muito mais e do PSDB aumentasse.

Em vista disso, conclui-se que apenas um movimento esperado é alcançado neste caso: a expectativa do partido que entrou no governo crescer em número de filiados. Esta expectativa foi observada, tanto na análise que julga apenas o crescimento dos filiados quanto na análise que leva em conta o crescimento do eleitorado do estado e sua relação com os filiados. Vimos que o PT, vencedor da eleição de 2006, em 2007 cresceu 35,54% e passou a ocupar 0,82% da fatia do eleitorado (contra 0,62% do ano anterior). Já o PSDB que venceu as eleições de 2010, em 2011 cresceu 13,64% o número de filiados e aumentou sua ocupação na fatia do eleitorado em 0,73% (contra 0,65% do ano anterior).

A influência da dinâmica nacional no ambiente estadual não foi totalmente perceptível; primeiramente em 2007 houve de fato um crescimento do PT, mas provavelmente porque em 2006, Ana Júlia Carepa do PT venceu a eleição para governadora.

Em 2011, de acordo com a “presença” nacional a expectativa era de que houvesse aumento de filiados do PT; e houve, mas o aumento de filiados da oposição foi maior, o que se pode explicar pela interferência da eleição estadual de 2010, em que Simão Jatene do PSDB venceu. Portanto, no Pará o parâmetro aparentemente seguido é o de que o partido que está no governo estadual acaba tendo maior aumento de volume de filiados.

Cabe agora analisarmos os outros anos que perpassaram entre o período destas eleições analisadas acima, que também são de extrema importância para verificarmos a dinâmica política dos partidos e o movimento dos filiados.

Vimos anteriormente que do ano de 2006 para 2007 o PT cresceu consideravelmente em número de filiados, enquanto o PSDB nem tanto. Foram resultados próximos aos esperados, quando o PT entrou no governo em 2006, ganhando mais força de

atratividade em 2007 do que o PSDB. Contudo é interessante notar que um ano antes da eleição de 2006 e durante a própria eleição, era de se esperar uma movimentação de inchaço no partido, tendo em vista mais filiados, mais apoio político. Porém ao observarmos a taxa de crescimento de filiados dos partidos de novembro de 2005 até dezembro de 2006 o resultado é surpreendente.

A taxa de crescimento dos filiados do PT relativo a novembro de 2005 até dezembro de 2006 é de -4,04%, e o do PSDB é de -1,11%, ou seja, de 2005 a 2006 o número de filiados de ambos os partidos caiu, sendo que em novembro de 2005 o PT contava com 26.967 filiados caindo para 25.878 em dezembro de 2006. O PSDB contava com 28.894 filiados em novembro de 2005 e passou a ter 28.573 filiados em dezembro de 2006. No que diz respeito à parcela de filiados no total do eleitorado também houve uma evidente queda para ambos os partidos. Neste mesmo período analisado, o PT em 2005 possuía uma fatia de filiados no eleitorado correspondente a 0,67% do total, e em 2006 caiu para 0,62%; o PSDB tinha 0,71% dos filiados representados no total do eleitorado em 2005, passando para 0,69% em 2006.

Esta queda em pleno período das eleições pode induzir uma estratégia do partido de centralizar suas ações, burocratizar ainda mais o partido definindo as zonas de trabalho, fazendo assim um corte e reduzindo o fornecimento de incentivos coletivos.

Em 2006 houve uma queda na taxa de filiados de ambos os partidos, sendo esta queda mais acentuada no PT. No ano de 2007, um ano após as eleições, onde o partido eleito teve um ano para se tornar mais atrativo aos eleitores, ambos os partidos cresceram em número de filiados. No entanto quando comparamos esta parcela de filiados no total de eleitorados, é visível que apenas o PT cresce e o PSDB cai 0,01% de sua representatividade na fatia do eleitorado no ano de 2007.

Em 2008 a taxa de filiados do PT cresceu em 6,42% em relação ao ano passado, enquanto a do PSDB foi de -0,99%, ou seja, em 2007 o número de filiados ao PT era de 35.074 e passou para 37.325 em 2008, e o do PSDB era de 29.150 em 2007 e caiu para 28.861 em 2008. Já no aspecto relacionado ao universo do eleitorado, os resultados são semelhantes, porém a queda do PSDB é mais evidente, em 2007. A fatia dos filiados do PT representava 0,82% do eleitorado e passou a ser 0,83% em 2008, e a fatia dos filiados do PSDB em 2007 era de 0,68% do eleitorado e caiu para 0,64% em 2008. De certa forma, essa queda no número de filiados do PSDB é um resultado esperado, uma vez que é o período do governo do PT.

No ano de 2009 o mesmo fenômeno de 2008 ocorre, no entanto com mais intensidade. Ou seja, a taxa de filiados do PT cresceu muito mais e do PSDB caiu muito mais. Assim o PT apresentou uma taxa alta de crescimento de filiados de 15,01% em 2009, enquanto o PSDB, neste mesmo período apresentou uma taxa de -7,97%. Desta forma o PT possuía 37.325 filiados em 2008 e passou a ter 42.927 em 2009. Já o PSDB tinha 28.861 filiados em 2008 e este número caiu para 26.561 em 2009. Quando analisamos a parcela de filiados de cada partido no eleitorado destes anos, o resultado será o mesmo, o PT com um crescimento abrupto no número de filiados e o PSDB com uma queda. Em 2008 a fatia de filiados do PT era de 0,83% no eleitorado e aumentou para 0,93% em 2009. A do PSDB era de 0,64% e caiu para 0,58%, neste mesmo período. Apesar destes resultados, onde PT cresce muito e o PSDB cai, eram esperados que ambos os partidos tivessem um crescimento significativo por ser um ano prévio às eleições.

O ano de 2010 foi marcado por aparentes taxas de crescimentos em ambos os partidos, o que era esperado, por se tratar de ano eleitoral. Assim entre 2009 e 2010 a taxa de crescimento de filiados do PT foi altíssima, atingindo 17,84% e a do PSDB também, chegou a atingir 16,75%. Em 2009 o PT contava com 42.927 filiados e passou a ter 50.587 em 2010; já o PSDB em 2009 contava com 26.561 e passou a ter 31.009 filiados em 2010. Estes mesmo resultados irão se refletir na análise que se refere à perspectiva destes filiados em relação ao total do eleitorado do estado do Pará. Pois em 2009 a parcela de filiados do PT no total do eleitorado era de 0,93% e aumentou para 1,06% em 2010. No caso do PSDB, em 2009 sua fatia de filiados era representada no eleitorado total por 0,58% e aumentou para 0,65% em 2010.

Os resultados obtidos com a análise de 2010 atingiu o esperado, pois a expectativa era exatamente esta, de que ambos os partidos sofressem um inchaço de filiados provenientes do ano de campanha eleitoral.

Como vimos anteriormente, os resultados do ano de 2011 foram condizentes com o esperado, pois em 2010 o PSDB assumiu o governo do Pará, portanto era esperado que o número de filiados do PSDB crescesse muito mais em relação ao número de filiados do PT.

Conclui-se que no caso do estado do Pará nos anos mais relevantes para o estudo, ou seja, em 2007 e 2011, obtivemos resultados próximos ao estabelecido pela hipótese, pois os partidos que atingiram o posto de governo após um ano passaram a ter uma taxa de crescimento de filiados superior à da oposição. Além disso, não houve evidências de

interferências das eleições nacionais de 2006 e 2010 nas eleições estaduais de 2006 e 2010 no que tange ao crescimento de filiados.

3.3. O caso do Rio Grande do Sul (RS)

Não muito diferente do caso anterior, a história política recente do Rio Grande do Sul também é marcada por certa polaridade entre PT e PSDB, no entanto ela pode se apresentar em algumas eleições em forma de duas principais coligações, como veremos a seguir.

Em 1998, o candidato vencedor, do segundo turno, foi Olívio Dutra do PT, com o concorrente do PMDB, Antônio Brito e PSDB no apoio, através de coligação.

Já em 2002 a disputa ocorreu principalmente entre três coligações: a do candidato do PMDB, Germano Rigotto, formada pelo PMDB, PHS e PSDB; a do candidato Tarso Genro do PT, formada pelo PT, PCB, PMN, PCdoB; e a do candidato Antônio Brito do PPS, formada pelo PSL, PPS, PFL, PTdoB. Quem venceu esta eleição foi o candidato do PMDB, Germano Rigotto, apoiado pelo PSDB.

Na eleição de 2006, Germano Rigotto do PMDB candidatou-se à reeleição, mas não venceu juntamente com o ex-governador Olívio Dutra do PT. A vencedora foi a candidata do PSDB, Yeda Crusius.

Em 2010 os principais candidatos a governadores do estado do RS foram: Yeda Crusius do PSDB (reeleição), José Fogaça do PMDB e Tarso Genro do PT, este último acabou vencendo as eleições daquele ano.

No ano de 2014, Tarso Genro (PT) concorreu pela reeleição contra, Ana Amélia Lemos do PP com o apoio do PSDB e contra José Ivo Sartori do PMDB que acabou vencendo o pleito.

No ano anterior e durante a eleição de 2006 esperava-se que os partidos tivessem uma dinâmica de absorver mais filiados. Assim, a taxa de crescimento de filiados do PT de 2006 em relação a novembro de 2005 foi de 1,21%, enquanto do PSDB, no mesmo período foi de 3,12%. Assim em 2005 o PT que contava com 107.439 filiados passou a ter 108.734 em 2006. O PSDB passou de 68.169 para 70.298 filiados em 2006. A relação entre os filiados com o eleitorado não apresentou significativas mudanças, pois em novembro de 2005 o PT apresentava uma fatia do eleitorado equivalente a 0,39% e em 2006 continuou a ter a mesma

fatia de 0,39%, e o PSDB que tinha em 2005 0,25% da fatia também continuou com 0,25% em 2006.

Portanto no que diz respeito às taxas de crescimento de filiados, existe um pequeno aumento, menor do que era esperado para um ano antes das eleições. Mas quando adicionamos a esta análise o universo do eleitorado é possível ter uma ideia do tamanho da filiação dos partidos no estado, o que acaba tornando quase irrelevante o crescimento de ambos os partidos.

O governo do RS em 2006 era controlado pelo PSDB, e em 2010 passou a ser governado pelo PT. Para este segundo caso analisado a expectativa é de que o PSDB cresça em número de filiados, e que este número caia em 2011. Também é esperado que o número de filiados do PT faça o movimento inverso, que caia este número em 2007 e aumente em 2011 com a chegada ao poder.

Ao observar as taxas de crescimento dos filiados de 2006 para 2007 fica evidente o amplo crescimento do PSDB em relação ao PT. Nesse período o PT houve um pequeno acréscimo de 4,78% em seu número de filiados, enquanto o PSDB teve, no mesmo período, o aumento de 15,23%. Em números absolutos, em 2006 o PT possuía 108.734 filiados, passando para 113.931 em 2007; já o PSDB que tinha 70.298 em 2006 passou a ter 81.005 em 2007 quando passou a governar o Rio Grande do Sul. Portanto o PSDB cresceu em 2007, mas o PT não decresceu.

Quando incluímos a visão conjunta com o eleitorado temos a sensação de que ambos cresceram em filiados e em eleitores, mas que o crescimento do PSDB foi superior ao do PT. Em 2006 os filiados do PT representavam 0,39% da fatia do eleitorado do RS, passando para 0,40% em 2007; já o PSDB tinha 0,25% da fatia do eleitorado em 2006 e passou a ter 0,28% em 2007. Nesse caso o resultado é semelhante, o PSDB cresceu e o PT não decresceu.

Em 2008 o PT apresentou um crescimento da taxa de filiados de 0,81% enquanto o PSDB cresceu -0,32% no mesmo ano. Em 2007 o PT contava com 113.931 filiados e aumentou seu número para 114.852, enquanto o PSDB que tinha 81.005 filiados em 2007 diminuiu para 80.749 em 2008. Apesar de numericamente o PT ter crescido e PSDB ter diminuído de tamanho, quando juntamos estes dados de crescimento de filiados com o universo total de eleitorado a perspectiva acaba sendo outra. Ou seja, de 2007 para 2008 a fatia de filiados do PT diminuiu dentro do eleitorado, pois era de 0,40% e passou para 0,39%, enquanto a fatia de filiados do PSDB dentro do eleitorado aparentemente permaneceu intacta, com 0,28% em 2007 e com este mesmo valor em 2008, pelo menos com a segunda casa

decimal. Portanto o ano de 2008 é um dos casos em que o crescimento da taxa dos filiados não afeta a fatia representativa do partido no eleitorado, provavelmente porque o eleitorado cresceu também. Como é possível notar no Gráfico 2:

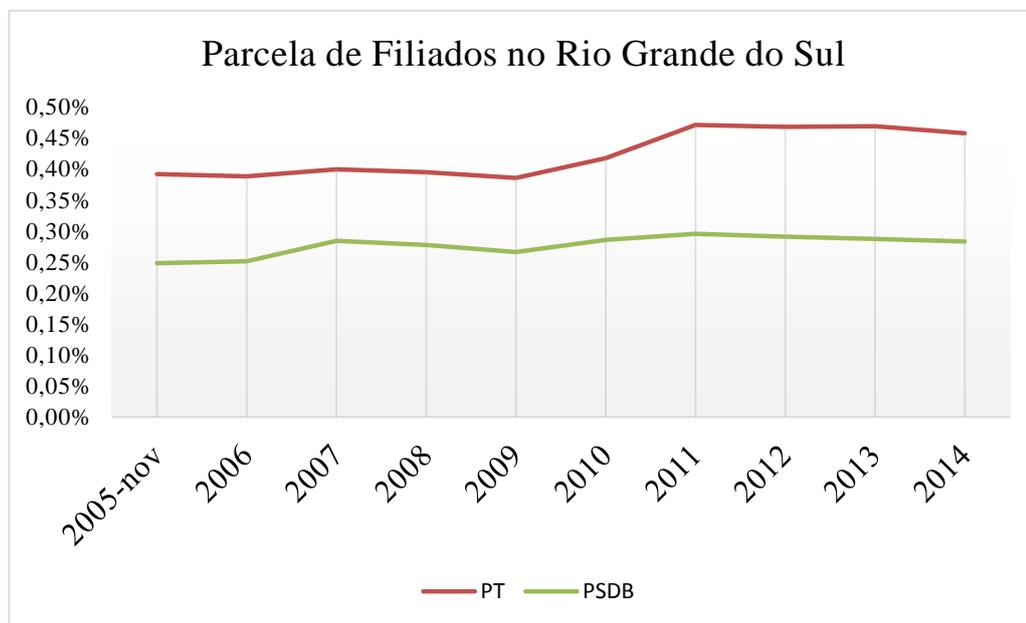


Gráfico 2 - Parcela de filiados no eleitorado do Rio Grande do Sul

O ano de 2009 será muito importante para nossa análise, pois representa um ano anterior à eleição, e como já citado, neste período é esperado um primeiro inchaço partidário. No entanto as taxas de crescimento foram negativas, de ambos os partidos, sendo a do PT de -0,95% e do PSDB de -2,70%. Essa queda representou a saída de inúmeros filiados. O PT em 2008 tinha 114.852 filiados e passou a ter 113.762 em 2009, e o PSDB que tinha 80.749 filiados passou a ter 78.566. A parcela de filiados do PT no eleitorado do RS permaneceu a mesma de 2008, ou seja, de 0,39%, já a do PSDB caiu para 0,27%.

No período de 2010 a 2011, em que o PT venceu as eleições, a perspectiva era de que em 2011 o PT crescesse em número de filiados e que o PSDB diminuísse. Os resultados foram muito semelhantes ao ocorrido no período analisado anteriormente de 2006 a 2007 só que com os partidos invertidos. No período de 2010 a 2011 o PT possuía um aumento no número de filiados de 13,62% enquanto neste mesmo período o PSDB teve um pequeno aumento de 4,10%. Em 2010 o PT possuía 126.170 filiados, passando para 143.357 em 2011; enquanto o PSDB que tinha 86.425 filiados em 2010, passou para 89.425 em 2011. Sendo assim, PT cresceu consideravelmente e o PSDB também não deixou de crescer.

Já no âmbito da análise do eleitorado, o resultado se repete: o PT tem um crescimento muito elevado comparado com o do PSDB. Em 2010 os filiados do PT se apresentam como 0,42% da fatia do eleitorado e em 2011 dão um salto, passam a ser 0,47% deste eleitorado. O PSDB em 2010 possuía 0,29% do eleitorado, passando a ser 0,30% em 2011. Portanto estes dados conjuntos com o eleitorado convergiram com a análise anterior, mostrando que em 2011, de fato o PT cresceu e o PSDB nem tanto assim.

A hipótese não foi verificada para alguns casos, de que o partido que alcança o governo aumenta o número de filiados e de quem deixa o governo perde filiados, na verdade, o que se nota neste caso é que o partido que sai do governo estadual não necessariamente perde filiados, mas talvez deixe de ganhar, ou ganhe menos do que aquele que adquiriu a posição. Aquele partido cujo candidato chegou à posição de governador sempre teve o seu número de filiados aumentado significativamente. Além disso, neste caso é possível comparar como as porcentagens de crescimento são altas e distintas do partido de oposição, mesmo analisando em eleições distintas (como as de 2006 e 2010).

Portanto, assim como no caso do Pará, este caso analisado do Rio Grande do Sul apresenta resultados semelhantes nos anos focais (2007 e 2011), pois em ambos os estados o partido que alcançou a posição de governador adquiriu uma taxa de crescimento de filiados superior à da oposição em questão, e, além disso, também não houve deflação no número de filiados da oposição nesses mesmos anos. Isso significa que o partido político mesmo perdendo a eleição não deixa de ganhar filiados no ano seguinte.

Da mesma forma que ocorreu no Pará, os dados levam à conclusão de que houve novamente uma predominância da dinâmica estadual independente na política de crescimento de filiados do estado. Não houve aparente interferência das eleições nacionais, pois como vimos em 2006 Yeda Crusius do PSDB venceu as eleições estaduais do RS, o que gerou um maior crescimento do PSDB do que do PT. No mesmo ano, Lula do PT, vencia a eleição nacional de 2006. Mas aparentemente, este não foi fator suficiente para o PT ter um crescimento superior ao do PSDB no ano de 2007, levando a crer que o mais importante para aumentar a taxa de filiados no estado é vencer as eleições do estado. Em 2010, Tarso Genro do PT venceu a eleição estadual do RS, e tornou-se governador. Isso pode ter ocasionado maior taxa de crescimento de filiados do PT do que do PSDB no ano de 2011.

3.4. O caso do Acre (AC)

O terceiro caso a ser estudado trata do primeiro estado do grupo de controle, sendo o Acre (AC) escolhido, onde o PT venceu as eleições para governador nos anos consecutivos de 2006 e 2010 a serem estudados, diferentemente dos casos vistos anteriormente. O intuito nesta parte do trabalho é analisar os efeitos desta maior permanência no governo, por isso, para melhores resultados foi escolhido o estado que possuía diversas vitórias consecutivas de um mesmo partido, mesmo que analisemos apenas os resultados de 2007 e 2011.

É importante expor também que o PT não venceu consecutivamente apenas as eleições de 2006 e 2010, mas que o partido vem vencendo todas as eleições desde 1998 até 2014.

No ano de 1998, venceu em primeiro turno o candidato Jorge Viana do PT, com o vice-governador Edison Cadaxo do PSDB, pela coligação: PT, PSDB, PCdoB, PDT, PSB, PPS, PV, PMN, PTB, PL, PSL e PT do B. Fica evidente a parceria entre PT e PSDB neste ano, contra outros candidatos: Alécio Dias do PFL, Chicão Brigido do PMDB e Duarte José do Couto Neto do PRONA. Já na eleição seguinte há uma significativa mudança, que divide o PT do PSDB.

Em 2002 Jorge Viana do PT conseguiu se reeleger no primeiro turno, tendo agora como vice Binho Marques do PT, apoiados por uma coligação bem distinta da eleição passada, chamada: Frente Popular do Acre, composta pelo PT, PL, PCdoB, PV, PMN, PSDC, PTdoB. Houve uma ruptura entre o PT e o PSDB, que se aliou ao PMDB, como veremos a seguir. Outro candidato bem colocado na disputa foi Flaviano Melo do PMDB com o Movimento Democrático Acreano: PMDB, PSDB, PFL, PPB, PST. Como vimos, houve um início de distanciamento do PSDB em relação ao PT, no entanto o PSDB ainda não criou forças para lançar um candidato suficientemente forte para concorrer ao cargo de governador.

Como Jorge Viana do PT permaneceu dois mandatos consecutivos no governo ele não poderia concorrer a este mesmo cargo no ano de 2006. Então Jorge Viana apoia Binho Marques (PT) para governador do Acre, que vence, juntamente com César Messias do PP como vice-governador, por intermédio da Frente Popular do Acre: PT, PP, PL, PSB, PCdoB, PMN, PRTB. Nesta eleição o PSDB rompe com o PMDB e lança a coligação: Produzir para Empregar, formada pelo PSDB, PFL, PTB, lançando o candidato Tião Bocalom (PSDB). Outros candidatos também entraram nesta disputa, como o Márcio Bittar do PPS, José Wilson Mendes Leão do PSOL, entre outros.

Nas eleições de 2010 foram três principais candidatos a governador: Gouveia, o Tijolinho do PRTB com a coligação Poder Popular Acreano (PRTB e PSOL), Tião Bocalom do PSDB com vice-governador o Pastor Ilson do PMDB com a coligação: Liberdade e Produzir para Empregar, composta pelo PSDB, PMDB, DEM, PSL, PSC, PPS, PMN, PTdoB. Tião Viana do PT, venceu juntamente com Cesar Messias do PP e com a Frente Popular do Acre, o que aumentou o número de partidos aliados desde a última eleição: PT, PP, PSB, PDT, PTN, PR, PSDC, PHS, PTC, PSB, PV, PRP, PCB, PTB, PSTC, PCdoB.

No ano de 2014 os principais candidatos foram: novamente Tião Viana do PT com vice-governador Nazaré Araújo do PT, que acabou se reelegendo no segundo turno com a Frente Popular do Acre, com uma composição diferente da de 2010: PT, PDT, PCdoB, PSB, PTB, PCB, PSL, PRB, PSDC, PTN, PPL, PROS, PRP, PHS, PEN. O candidato que foi para o segundo turno foi Márcio Bittar do PSDB com Antônia Sales do PMDB, com a coligação Aliança por um Acre melhor, formada por PSDB, PMDB, PP, PSC, PSD, PR, PPS, PTdoB, SD, PTC. Nesse ano, o candidato Tião Bocalom que era candidato do PSDB em 2010 passou a fazer parte do DEM em 2014, juntamente com o vice Henrique Afonso do PV, pela coligação Produzir para Empregar: DEM, PV, PMN. Assim esse foi o ano em que o PSDB mais se aproximou da vitória.

A expectativa para o grupo de controle continua sendo o aumento da base de filiados do partido vencedor após um ano da eleição, mas nestes casos (do grupo de controle) só existe um partido vencedor. E, além disso, é esperado que o partido da oposição perca filiados, uma vez que não consegue atingir o posto de governador. Passaremos a analisar as eleições de 2006 e 2010, com foco nos anos de 2007 e 2011.

Como já mencionado, o PT foi o governo que prevaleceu no estado do Acre durante o mais extenso período, então, de acordo com a hipótese, esperava-se que o número de filiados do PT crescesse em 2007 e 2011, e o da oposição decrescesse neste mesmo período. Caso a hipótese seja comprovada integralmente, poderá indicar que se manter no poder é eficiente para adquirir maior número de filiados, ou que manter um alto número de filiados é uma grande estratégia para se manter no poder. No entanto esta análise individual não chegará a muitas conclusões, o importante será compará-la com todos os outros casos.

Do ano de 2006 para 2007 o número de filiados do PT cresceu surpreendentemente 37,43%, e o mais impressionante é que o número de filiados do PSDB cresceu ainda mais, totalizando 50,62%, indo no sentido oposto do previsto pela teoria; a expectativa era de que o número de filiados do PT tivesse crescido muito mais do que o de seu oponente, e que o

PSDB tivesse tido uma queda em 2007, após o PT assumir a liderança do estado. Em 2006 o PT possuía 5.145 filiados passando a ter 7.071 em 2007, enquanto o PSDB tinha 2.973 filiados em 2006 e passou a ter 4.478 filiados em 2007. Este aumento no número de filiados do PSDB em 2007, pode ter sido o resultado de uma estratégia adotada antes das eleições de 2006 de recrutamento de novos filiados, mas que talvez só apareceram nos dados de 2007.

No entanto, quando averiguamos os dados referentes a parcela de filiados em relação ao eleitorado, a compreensão será totalmente distinta. De acordo com dado utilizado acima, o PSDB obteve taxas de crescimento muito mais elevadas que as do PT. No entanto, ao olharmos os dados da Tabela 1, notamos que: o PT que tinha a fatia de 1,25% do eleitorado em 2006 passou a ter 1,69% em 2007; enquanto o PSDB que tinha 0,72% em 2006 passou a ter 1,07%. Portanto, o PT aumentou sua fatia em 0,44% de um ano para o outro, enquanto o PSDB aumentou apenas 0,35%. Concluiu-se que este outro dado nos permitiu uma visão mais ampla do contexto político, em que na verdade, o PT cresceu mais do que o PSDB, assim como o esperado.

Notam-se resultados intrigantes nos anos de 2007 para 2008 quando os partidos não mantiveram mais o pico de crescimento anterior conseguido em 2006 para 2007. Houve uma deflação no número de filiados de ambos os partidos, logo após o pico de 2007.

Em 2008 o PT apresentou uma taxa de crescimento de filiados de -0,47% e o PSDB uma taxa de -1,23% em relação ao ano anterior. Essa queda após o pico das eleições pode significar diversas coisas, como uma estratégia do partido para restringir a distribuição de incentivos coletivos, a falta de interesse do partido em fazer publicidade para fomentar a filiação, pelo fato das eleições estarem longe, ou pode ser um movimento dos próprios filiados insatisfeitos, entre outros.

Considerando os anos de 2006 a 2007 no plano do eleitorado e dos filiados o resultado é muito semelhante. Quando se acrescenta o ano de queda de ambos os partidos, em 2008, o resultado da perda de filiados em relação ao eleitorado também coincidirá.

Em 2006 a parcela de filiados do PT no eleitorado era representada por 1,25%, aumentando para 1,69% em 2007. O PSDB em 2006 tinha 0,72% da fatia do eleitorado com seus filiados, passando a ter 1,07% em 2007. 2008, como visto, foi o ano de queda no número de filiados para ambos os partidos, no entanto o PT passou a ficar com 1,59% da fatia do eleitorado e o PSDB apresentou uma queda menor, passando a representar 1,00% da fatia de filiados do eleitorado. Dessa forma, a comparação com o eleitorado proporcionou resultados muito semelhantes aos adquiridos anteriormente com a análise dos dados de filiados. No

entanto fica muito mais evidente que a dimensão do PT no universo de eleitorado é maior que do PSDB. Como fica mais evidente através do Gráfico 3:

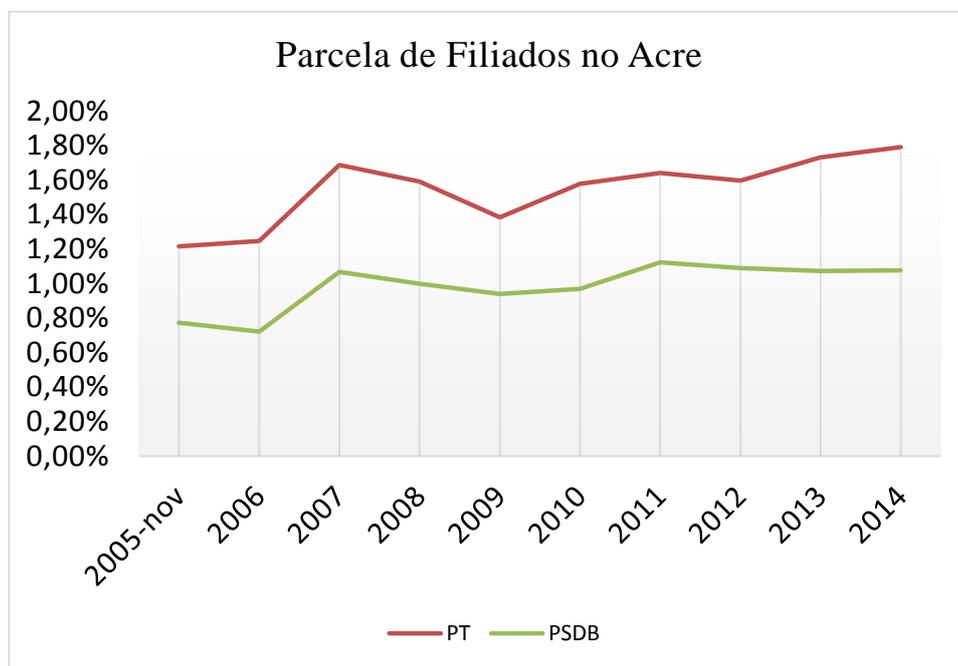


Gráfico 3 – Parcela de filiados no eleitorado do Acre

O resultado da segunda parte da análise chega a ser inusitado. O intuito é verificar os filiados no período de 2010 a 2011. O resultado esperado era que em 2011 o PT tivesse maior taxa de filiados, e que o PSDB tivesse uma queda neste número.

De 2010 para 2011 a taxa de crescimento de filiados do PT foi de apenas 5,51%, mesmo tendo sido ele o partido vencedor da eleição de 2010. O PSDB teve um aumento elevadíssimo de 17,50%. Em 2010 o PT contava com o apoio de 7.410 filiados passando para 7.818 em 2011, enquanto o PSDB que tinha 4.555 filiados em 2010 passou para 5.352. Mais uma vez o partido da oposição, que não estava no poder, atinge uma taxa de crescimento de filiados muito superior a daquele do governo.

Analisando o eleitorado, o PT continuou com a maior fatia de filiados do que o PSDB, apesar de não crescer tanto em termos percentuais. Em 2010 os filiados do PT representavam 1,58% do eleitorado do Acre, e cresceu para 1,64% da fatia em 2011.

Estes dados mostraram que nestas duas eleições observadas (2006 e 2010) a oposição, ou seja, o PSDB superou a taxa de crescimento de filiados do partido que se mantinha no governo há anos. Pode parecer certa estagnação política por parte do PT, principalmente em 2011 quando sua taxa de crescimento de filiados foi mínima (de 5,51%).

No entanto, apesar das taxas de crescimento de filiados serem inferiores às do PSDB, não significa que poucas pessoas tenham entrado no PT, pois os dados estão em porcentagem. Quando avaliamos no conjunto do eleitorado fica mais evidente o inchaço dos partidos.

Concluiu-se que o Acre demonstrou um comportamento oposto ao observado até agora nos estados que focalizamos. A hipótese era de que o partido que estivesse no governo adquirisse mais filiados que a oposição, e mais do que isso, que a oposição tivesse taxas negativas de crescimento de filiados. Mas como vimos, em 2007, o PSDB cresceu muito mais do que o PT, e o candidato vencedor da eleição de 2006 foi Binho Marques do PT. Em 2011 o PSDB novamente teve um crescimento abrupto em relação ao PT, mesmo tendo o petista Tião Viana como governador do Acre desde 2010.

Novamente os estudos demonstram que a dinâmica da eleição nacional aparentemente não afetou os resultados em relação ao crescimento de filiados, pois como vimos, em 2006 e 2010 foram candidatos do PT que venceram as eleições nacionais e, portanto era de se esperar um aumento no número de filiados do partido no período de 2007 e 2011, que ocorreu. No entanto não houve relevância no que ocorreu, uma vez que a oposição apresentou taxas de crescimento muito superiores.

O movimento de filiados no Acre não deixa de ser semelhante dos outros (Pará e Rio Grande do Sul), pois em período de eleição o movimento de filiados entre partidos que são oposição não será inversamente proporcional: quando um partido entra no governo ele ganha filiados, portanto o outro deve perder; mas na verdade existe um aumento em ambos os partidos, mesmo que um deles seja oposição.

É importante ressaltar que a observação dos outros anos também será de extrema relevância para nossos estudos, pois pode dar mais indícios da dinâmica partidária. Sendo assim retomaremos a análise partindo dos dados coletados em novembro de 2005 e em dezembro de 2006. Para essa fase do estudo, a expectativa é que a taxa de filiados de ambos os partidos apresente um crescimento em sua taxa de filiados, pois por se tratar do ano anterior às eleições e do ano durante o que elas se realizam, espera-se que os partidos adotem uma estratégia para o inchaço. Assim teriam mais indivíduos dispostos a executarem alguns trabalhos para o partido bem como garantir seu voto.

De novembro de 2005 a dezembro de 2006 a taxa de filiados do PT aumentou em 7,86%, enquanto a do PSDB foi para -1,98%. Estes resultados talvez fiquem mais visíveis apresentando os números reais de filiados: em 2005 o PT possuía 4.770 filiados e aumentou para 5.145 em 2006. Nesse período pode-se dizer que o PT obteve no mínimo 375 novos

filiados em seu partido; já o PSDB tinha 3.033 filiados em novembro de 2005 e passou a ter 2.973, ou seja, desfiliam-se do partido 60 indivíduos. Para a parcela de filiados do PT no eleitorado do AC isso vai produzir um aumento também, sendo que em novembro de 2005 era de 1,22% e passou a ser de 1,25% em dezembro de 2006. Para a parcela de filiados do PSDB neste mesmo período, isso significou uma queda, de 0,77% para 0,72%.

No entanto, como visto anteriormente, houve uma brusca mudança no ano de 2007, em que ambos os partidos tiveram altas taxas de crescimento dos filiados, sendo que a taxa do PSDB foi muito superior à do PT, indo contrariamente ao previsto pela hipótese. Por ser um estado historicamente com o predomínio de governo do PT a expectativa era de que após o governador Binho Marques do PT ser eleito em 2006, o partido acabasse atraindo mais filiados e inchando sua base, surtindo efeitos em 2007. No entanto não foi isto o que aconteceu. O partido que acabou inchando muito mais em tamanho foi o partido de oposição, o PSDB, que não venceu a eleição, e que hipoteticamente deveria apresentar uma queda no número de filiados. Em seguida ocorreu uma intensa mudança no ano de 2008 em que ambos os partidos deixaram de crescer, e passaram a perder filiados.

Não foi diferente em 2009; ambos os partidos tiveram quedas abruptas na taxa de crescimento de filiados. O PT de 2008 para 2009 apresentou uma taxa de crescimento de filiados de -11,48%, enquanto o PSDB, neste mesmo período apresentou uma taxa de -4,23%. Ou seja, o PT apresentava 7.038 filiados em 2008, diminuindo este número para 6.230 em 2009, já o PSDB contava com 4.423 filiados em 2008 e passou a ter 4.236 em 2009. Isso representou uma súbita queda para a parcela de filiados do PT no eleitorado do RS, que em 2008 ocupava a fatia de 1,59% passou a ocupar a fatia de 1,38% em 2009. O PSDB que em 2008 representava 1,00% do eleitorado em 2009 passou para 0,94%. Estes resultados obtidos no ano de 2009, não eram o que se esperava para um ano antes das eleições, principalmente para uma queda tão abrupta na taxa de filiados do PT.

No entanto em 2010 as taxas de crescimento de filiados de ambos os partidos aumentaram. A do PT apresentou uma diferença de 18,94% positiva em relação ao ano anterior, enquanto o PSDB apresenta um aumento de 7,53%. Em 2009 o PT contava com 6.230 filiados e em 2010 com 7.410, enquanto o PSDB contava com 4.236 em 2009 e em 2010 contou com 4.555 filiados. Isso significa um aumento na fatia representativa dos filiados em relação ao eleitorado, para ambos os partidos; no caso do PT de 1,38% em 2009 aumentou para 1,58% em 2010. Já o PSDB, neste mesmo período, aumentou de 0,94% para 0,97% a representação de seus filiados dentro do eleitorado. Estes resultados apresentados eram de

certa forma, o esperado, pois no ano da eleição a expectativa é de que ambos os partidos adotem mecanismos de inflação. A maior capacidade de inchaço do PT pode ser justificada pelo papel histórico que o partido carrega acerca do importante papel da militância política.

Como analisamos anteriormente, o ano de 2011 apresentou resultados curiosos, uma vez que o PSDB exibiu, em porcentagem, uma taxa de crescimento de filiados muito superior à do PT, sendo que o vencedor da eleição de 2010 foi o candidato Tião Viana do PT. A expectativa era de que o PT aumentasse muito em número de filiados, e mais do que isto, de que o PSDB perdesse filiados. Portanto este é um dos casos que fogem totalmente da hipótese.

3.5. O caso de São Paulo (SP)

Assim como o caso anterior, este foi um estado selecionado pela sua história política, marcada pelo predomínio da administração do PSDB. Para melhor compreender esta influência exercida pelo partido, será feita uma breve contextualização histórica, partindo do ano de 1998 até 2014.

Nas eleições de 1998, chegaram ao segundo turno o candidato Paulo Salim Maluf do PPB com a coligação Viva São Paulo, pelos partidos PPB, PFL, PL, PSL e PST, e com Mário Covas Júnior que fazia parte da coligação São Paulo no Rumo Certo, composta por PSDB, PTB, PSD e PV. A candidata Marta Suplicy do PT também concorrera ao cargo de governadora do estado, com a coligação “Pra Renovar São Paulo”, composta por PT, PCdoB, PMN, PCB e PPS. Foi possível notar três principais coligações, sendo que a do PT, neste ano específico, não conseguiu concorrer no segundo turno. Venceu, pela reeleição, o candidato do PSDB, Mário Covas Júnior.

No ano de 2002, o PSDB lançou Geraldo Alckmin para candidato a governador de São Paulo por meio da coligação São Paulo em Boas Mãos, composta pelos partidos: PSDB, PFL e PSD, e acabou sendo eleito. Paulo Maluf do PPB foi outro candidato, por outra coligação diferente da eleição passada, chamada “Resolve São Paulo”, constituída pelo PPB, PR, PSDC e PTN. Outro candidato de extrema relevância para esta análise é José Genoíno do PT que se mostrou como parte da coligação São Paulo Quer Mudança, composta pelos partidos: PT, PCdoB, PCB e PMN. Assim, foram para o segundo turno os candidatos do PT e do PSDB, marcando a fundamental rivalidade entre os dois partidos, o candidato vencedor acabou sendo o do PSDB, Alckmin.

O ano de 2006 será muito importante para nossa análise, pois de certa forma denota maior força do PSDB em relação à oposição que representa o PT, pois a eleição ocorreu em apenas um turno, tendo um candidato “novo” do PSDB como vencedor, José Serra com a coligação Compromisso com São Paulo formado pelos partidos: PSDB, PFL, PTB e PPS. O oponente do PT foi Aloizio Mercadante do PT, que concorreu com a coligação Melhor Para São Paulo com PRB, PT, PL e PCdoB. Outro concorrente relevante a ser citado foi Orestes Quércia do PMDB, aliado ao PP. Importante lembrar que Alckmin não podia mais concorrer à reeleição, por isto o nome de Serra surgiu na disputa.

Em 2010 os principais candidatos foram: Celso Russomanno do PP, novamente Aloizio Mercadante do PT, Paulo Skaf do PSB, Fábio Feldmann do PV e novamente Geraldo Alckmin do PSDB que acabou vencendo a eleição no primeiro turno. Evidenciando ainda mais a predominância política do PSDB nesse estado, nesse período.

No ano de 2014, Geraldo Alckmin (PSDB), novamente se candidatou a reeleição. Além dele teve o candidato Paulo Skaf do PMDB, e Alexandre Padilha do PT. Novamente Geraldo Alckmin é eleito com o apoio de diversos partidos na coligação, como: PPS, DEM, PSB, PSC, PRB, SD, PTC, PTN, PSL, PTdoB, PEN, PMN e PSDC.

O período a ser analisado será de 2006 a 2011, com foco nas eleições governamentais de 2006 e 2010. Sendo assim, esperava-se que o partido que alcançasse o governo teria um aumento significativo em sua taxa de filiados e que a oposição teria uma redução nesta mesma taxa. Esperamos observar tanto em 2007 quanto em 2011 um aumento na taxa de crescimento dos filiados do PSDB, e uma redução nos filiados do PT.

No ano de 2006 para 2007 de fato o PSDB apresentou um crescimento de filiados maior que o do PT, mas o PT também apresentou um crescimento que não estava previsto na hipótese. Em 2007 o PT apresentou um crescimento em sua taxa de filiados de 6,46%, enquanto o PSDB apresentou um aumento superior de filiados, ou seja, de 11,83%. Em 2006 o PT contava com 274.842 filiados, passando para 292.600 em 2007; o PSDB, governo que estava estabelecido no estado durante muitos anos, contava com 229.794 filiados em 2006, passando para 256.971 filiados em 2007. Apesar da porcentagem de crescimento do PSDB nos mostrar vantagem em relação ao PT, ao olhar o número total de filiados é visível que o PT é um partido maior que o PSDB, que aparenta estar consolidado no poder.

Esse mesmo período, na perspectiva da parcela de filiados, no eleitorado o resultado de crescimento é semelhante, pois em 2006 o PT apresentava ter 0,98% da fatia do eleitorado, passando para 1,02% em 2007. Já o PSDB cresceu mais que o PT, pois em 2006

apresentou 0,82% da fatia do eleitorado, passando para 0,90% em 2007. Portanto o resultado em termos de crescimento coincidiu, mostrando que o PSDB cresceu mais do que o PT. No entanto mostra também que o PT é maior que o PSDB apesar de tudo, como fica perceptível no Gráfico 4, pois o PT ocupa uma fatia maior de filiados dentro do eleitorado do estado.

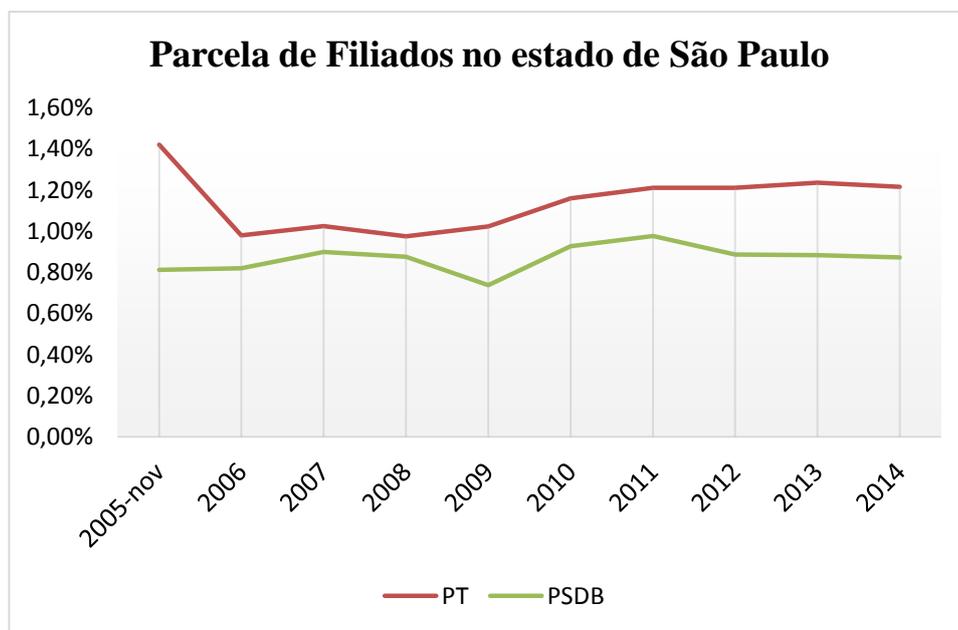


Gráfico 4 - Parcela de filiados no eleitorado de São Paulo

Assim como no caso do Acre, o ano de 2008 foi um ano de queda para ambos os partidos; é um dos poucos casos onde as taxas de crescimento foram negativas. De 2007 para 2008 o PT caiu -2,87%, e o PSDB -0,67%. Ou seja, o PT passou de 292.600 filiados em 2007 para 284.206 em 2008, e o PSDB passou de 256.971 filiados em 2007 para 255.247 filiados em 2008. No que diz respeito aos dados relativos à parcela de filiados, em relação com o eleitorado, a queda também foi evidente, pois o PT passou a representar 0,98% do eleitorado e o PSDB também caiu, passando a representar 0,88% do eleitorado. Assim é possível notar no Gráfico 4, esse movimento de queda de 2007 para 2008 em que ambos os partidos perderam parcela de filiados em relação ao eleitorado. Como vimos anteriormente, talvez essa queda não possua significado isoladamente, por isso precisamos analisa-la como um todo, no trabalho, nos resultados finais.

O ano de 2009 será um ano muito importante para nossa análise, pois poderá indicar uma estratégia do partido que está na direção do estado desde 1999. O que este ano tem de mais especial é que ele é exatamente um ano antes das eleições, portanto é um período

em que deve haver muita preocupação em torno da opinião pública acerca do partido. É claro que o número de filiados deveria no mínimo significar mais votos e mais opiniões positivas e produtividade, portanto é natural que se pense que o interesse do partido é promover a filiação nesta época. Mas talvez a estratégia do partido seja conseguir todos estes bônus, sem necessariamente promover tal filiação, que pode até prejudicá-lo, como comenta Panebianco (1982). Portanto, no ano de 2009, era esperado que tanto no PT quanto no PSDB houvesse aumento do número de filiados, pois tratava de uma competição que se iniciaria em um ano.

De 2008 para 2009 o PT teve um aumento na taxa de crescimento de filiados, de 6,41%, enquanto o PSDB apresentou uma taxa de -14,69%. O PT tinha 284.206 filiados em 2008 e cresceu, passando a ter 302.412 filiados em 2009, como era esperado. No entanto o PSDB teve uma queda abrupta, pois passou de 255.247 filiados em 2008 para 217.755 em 2009.

Isto fica mais evidente ao observarmos a parcela de filiados no eleitorado por estado, pois em 2009, o PT recuperou a porcentagem de filiados no eleitorado que tinha no ano de 2007, com exatos 1,02%, no entanto o PSDB despencou para 0,74% da fatia do eleitorado; novamente é possível notar esta queda do PSDB em 2009 por meio do Gráfico 5.

Essa queda do PSDB em 2009 pode ter muitas explicações, uma delas é de que, como vimos, facções internas do partido podem ter induzido tal movimento dos filiados, a fim de promover a saída coletiva dos membros descontentes com a coalizão dominante. Outra explicação se deve ao corte de gastos para distribuição de incentivos coletivos para a campanha eleitoral, ou mesmo para manter o partido mais centralizado, aumentando a burocratização neste período, diminuindo as vagas remuneradas e possivelmente provocando a queda no interesse de permanecer filiado.

Em 2010, por ser ano eleitoral, e pelos dados terem sido coletados em dezembro, esperava-se observar um leve movimento de aumento de filiados maior no PSDB do que no PT. Mas a expectativa era de que ambos aumentassem suas taxas de filiados.

Em 2010 o PT apresentou uma taxa de crescimento de filiados de 16,01% enquanto o PSDB mostrou uma elevada taxa de crescimento de 28,93%. Ou seja, em 2009 o PT contava com 302.412 filiados, passando para 350.826 em 2010; já o PSDB tinha 217.755 filiados em 2009 dando um salto em 2010 para 280.742 filiados. Este aumento de ambos os partidos se refletem nas porcentagens de filiados no eleitorado, pois o PT passou a ter a fatia 1,16% (em 2009 tinha 1,02%), e o PSDB passou a ter a fatia de 0,93% (em 2009 tinha apenas 0,74%). Os dados confirmaram as expectativas para o ano de 2010; o PSDB cresceu, mais do que o

esperado, e o PT também cresceu, sendo visível este crescimento de ambos os partidos no Gráfico 4.

O ano de 2011 é um dos mais importantes para nossa análise do estado de São Paulo, pois representa o primeiro ano de governo e o ano em que se espera que haja maior capacidade de atração por parte do partido no poder, neste caso, o PSDB. Portanto a expectativa era que o PSDB crescesse em número de filiados, consideravelmente e que o PT diminuísse, uma vez que perdeu a competição eleitoral.

Em 2011 a taxa de crescimento de filiados do PT cresceu em 5,14%, e do PSDB cresceu em 6,04%. A diferença entre os dois partidos não foi grande, e a expectativa era um crescimento ligeiramente maior para o PSDB. O PT tinha 350.826 filiados em 2010 e passou a ter 368.875 em 2011, o PSDB tinha 280.742 filiados em 2010 e passou a ter 297.690 em 2011. Os resultados esperados foram encontrados, mas faltou distância entre os dados; para maior convencimento era necessário dados semelhantes aos obtidos no ano anterior, em 2010, onde o PSDB possuía clara vantagem sobre o PT.

Apesar da porcentagem de crescimento dos partidos não aparentar ser grande (5,14% do PT e 6,04% do PSDB) elas fizeram diferença no aumento da representatividade destes partidos dentro do eleitorado. Assim a fatia dos filiados do PT no eleitorado de SP passou de 1,16% em 2010 para 1,21% em 2011; e os filiados do PSDB que ocupavam a fatia de 0,93% em 2010 ocupavam em 2011 o equivalente a 0,98%. Isso significa que na perspectiva da análise do eleitorado, ambos os partidos tiveram a mesma taxa de crescimento, equivalente a 0,05%. Quando colocamos no cálculo do crescimento de filiados também o crescimento do eleitorado a perspectiva com a qual nos deparamos é de uma porcentagem de crescimento igual dos dois partidos em relação à parcela de filiados que eles representam em relação ao eleitorado.

Além disso, ambos os partidos conseguiram superar a porcentagem de filiados no eleitorado que possuíam nas eleições de 2006, como é possível verificar no Gráfico 5, que a área que ambos os partidos ocupavam em 2006 é inferior à ocupada em 2011, apresentando um crescimento de filiados neste período.

Portanto, no estado de São Paulo, na eleição para governador de 2006, a hipótese era de que em 2007 a taxa de crescimento de filiados do PSDB fosse superior ao ano anterior e que a taxa de crescimento de filiados do PT caísse em relação ao ano anterior de eleição. No entanto apenas o crescimento dos filiados do PSDB, superior ao ano passado, foi comprovada, enquanto a taxa de filiados do PT não caiu, pelo contrário, aumentou.

Já os resultados obtidos no ano de 2010 foram os esperados no ano de 2011 e vice-versa. Em 2010 houve um crescimento elevado em ambos os partidos, porém muito mais evidentes no PSDB. Estes resultados eram esperados para ocorrer após o primeiro ano de governo, onde haveria maior capacidade de atração por parte do PSDB. Já em 2011 ocorreu um leve aumento nos filiados de ambos os partidos, levando a taxas iguais de crescimento de ambos os partidos, quando levamos em conta o eleitorado.

Conclui-se novamente, através dos dados coletados de 2007 e 2011, que a estrutura nacional das eleições não interferiu na estadual, pois no ano de 2007 a taxa de crescimento de filiados do PSDB foi maior que do PT, e no ano de 2011 observou-se taxa de crescimento igual em ambos os partidos, mesmo que durante todo este período a dinâmica nacional foi vencida pelos candidatos do PT. No entanto, existem outros fatores que precisam ser levados em conta, como por exemplo, os dados a cerca da votação nos partidos para as eleições nacionais.

Apesar de tudo isto, o estado de São Paulo é o primeiro grupo de controle que se aproxima dos resultados esperados pela hipótese, pois no primeiro ano focal (2007) em que o PSDB estava no governo, o partido teve taxas de crescimento de filiados superior às da oposição, convergindo com a hipótese; enquanto no segundo ano focal (2011) houve uma aproximação nos valores de crescimento dos partidos. No entanto a oposição, no caso o PT, não teve taxa de crescimento negativo como se esperava.

3.6. O caso de Pernambuco (PE)

Este último caso a ser estudado do grupo de controle não trata do critério sobre a centralidade para o PT e o PSDB, pois se trata de uma dicotomia distinta da que vimos até agora. Nesse caso, em um lado dos polos está o PSB e no outro o PMDB; por isso essa situação será especial no grupo de controle, pois se trata de aplicar a mesma hipótese a um contexto de partidos distintos, mas que possuem rivalidades semelhantes, como veremos a seguir.

Para uma melhor compreensão dos estudos sobre o período das eleições de 2006 e 2010, será feita uma breve contextualização do período político do estado de Pernambuco do ano de 1998 a 2014.

No ano de 1998 o vencedor das eleições foi o candidato Jarbas Vasconcellos do PMDB, que acabou derrotando o antigo titular do governo, Miguel Arraes do PSB. Outro

candidato foi Carlos Wilson do PSDB pela coligação Muda Pernambuco, composta pelo PSDB, PPS, PRB, PSL e PTdoB. Eram duas grandes coligações principais em disputa, a de Jarbas Vasconcellos (PMDB, PFL, PPB, PL, PST, PTN, PV, e PSDC) contra a do antigo titular Miguel Arraes (PSB, PT, PRTB, PCB, PTB, PGT, PDT, PCdoB, PSD e PMN).

Jarbas Vasconcellos do PMDB conseguiu garantir sua reeleição no primeiro turno em 2002, com uma coligação bem menor, “União por Pernambuco”, composta por PMDB, PFL, PPB e PSDB. Em segundo lugar na disputa ficou o candidato do PT, Humberto Costa.

Após dois anos consecutivos governados pelo PMDB, em 2006, Eduardo Campos do PSB venceu as eleições com a coligação “Frente Popular de Pernambuco”, composta por PSB, PDT, PP, PSC e PL. Deixando em segundo lugar o candidato Mendonça Filho do PFL, com a coligação “União por Pernambuco” (PFL, PSDB, PMBD, PTN, PPS e PV).

O mesmo ocorreu em 2010, Eduardo Campos (PSB) se reelegeu, dessa vez com a Frente Popular de Pernambuco um pouco maior: PSB, PDT, PT, PP, PTB, PSL, PSC, PR, PSDC, PHS, PTC, PRP, PCdoB, PTdoB, e PRB. Contra o candidato Jarbas Vasconcellos do PMDB pela coligação Pernambuco pode Mais: PMDB, DEM, PSDB, PPS e PMN.

Por fim, em 2014 o PSB ganha as eleições novamente com o candidato Paulo Câmara contra o senador Armando Monteiro do PTB.

A análise será focada nos dois principais partidos da região, o PMBD e o PSB, mas também trataremos do PT e do PSDB, quando relevantes. Além disso, o estudo será voltado para as eleições de 2006 e 2010, especificamente nos anos de 2007 e 2011; no entanto outros anos serão abordados a fim de realizar uma análise mais completa acerca de possíveis variações.

Inicialmente, em novembro de 2005 o partido que apresentava maior número de filiados era o PMDB, com 52.743 filiados, seguido do PSDB com 40.979 filiados, vindo depois destes o PT com 36.217 filiados e por último o PSB com apenas 25.006 filiados, aproximadamente metade do tamanho do PMDB. Isso significa que neste mesmo período, novembro de 2005, a fatia de filiados do PMDB alcançava a grande parcela de 0,86% do eleitorado enquanto os filiados do PSB representavam apenas 0,41% do eleitorado, enquanto os filiados do PT representavam 0,59% e os do PSDB ocupavam a fatia de 0,66% do eleitorado de Pernambuco. No entanto, veremos ao longo desta análise como essa realidade pode mudar, como por exemplo, em 2014 quem terá a maior fatia de filiados no eleitorado será o PT, com 0,95%, enquanto o PMDB terá 0,81%, ou seja, uma porcentagem menor do que ocupava em 2005.

Para o ano de 2006, é importante ressaltar a queda na redução do número de eleitores no estado de Pernambuco saindo de 6.166.129 em novembro de 2005 para 5.826.045 em dezembro de 2006, ou seja, apresentou uma retração de -5,52% no eleitorado. Por isso que os dados acerca da diferente fatia dos filiados dentro do eleitorado de um ano para o outro será decisiva para este tópico em questão.

Os dados apresentam uma taxa de filiados de -9,54% do PT, -7,16% do PSDB, -9,07% do PSB e -6,06% do PMDB. Os dois partidos (PT e PSB) com menor número de filiados foram os que mais perderam filiados nesse período. O PT acabou ficando com 38.046 (contra 40.979 em novembro de 2005) filiados, e o PSB ficou com 22.737 (contra 25.006 em novembro de 2005) filiados. No entanto estes números só mostrarão a real dimensão da queda quando compararmos com o declínio que houve com o eleitorado também.

Os números precisam ser conectados com a taxa de crescimento do eleitorado do estado também, para que haja uma comparação justa do crescimento dos partidos. Neste caso, houve uma queda no eleitorado e uma queda nas taxas de crescimento de filiados, o que pode induzir falsamente a pensar que os partidos estão diminuindo de tamanho, quando na verdade estão estáveis, ou possivelmente até crescendo.

Retomando a análise, o PT (-9,54%) e o PSB (-9,07%) foram os partidos que mais perderam filiados, depois foi o PSDB (-7,16%) e em seguida o PMDB (-6,06%). Quando observamos a variação da fatia da filiação destes partidos em relação ao eleitorado de novembro de 2005 e dezembro de 2006, o resultado é quase o mesmo, pois a variação não é tão evidente. O PT e o PSB continuam sendo os partidos que mais perderam filiados; no entanto a oscilação não seguiu o mesmo padrão da medida usada anteriormente, como veremos a seguir:

Em novembro de 2005 os filiados do PT ocupavam a fatia de 0,59% do eleitorado de Pernambuco, passando para 0,56% em dezembro de 2006. Já o PSB que também apresentou uma das maiores quedas no número de filiados representava 0,41% da fatia do eleitorado em 2005 e passou para 0,39% em 2006. O declínio para os outros dois partidos não passaram de 0,01%, ou seja, o PSDB que contava com 0,66% da fatia do eleitorado passou para 0,65%, e o PMDB passou de 0,86% para 0,85% neste mesmo período.

Quando analisamos este segundo dado, que estão relacionados com a proporção do eleitorado do estado, estes partidos que em primeira análise perderam muitos filiados, quando comparados nesta segunda análise a diferença não é tão evidente. Um exemplo disto é o PSDB que apresentou uma taxa de crescimento de -7,16% (de novembro de 2005 para

dezembro de 2006) em relação à fatia de filiados representada no eleitorado diminuiu apenas 0,01%, neste mesmo período como vimos acima. Esta associação de grandezas é perceptível no Gráfico 5:

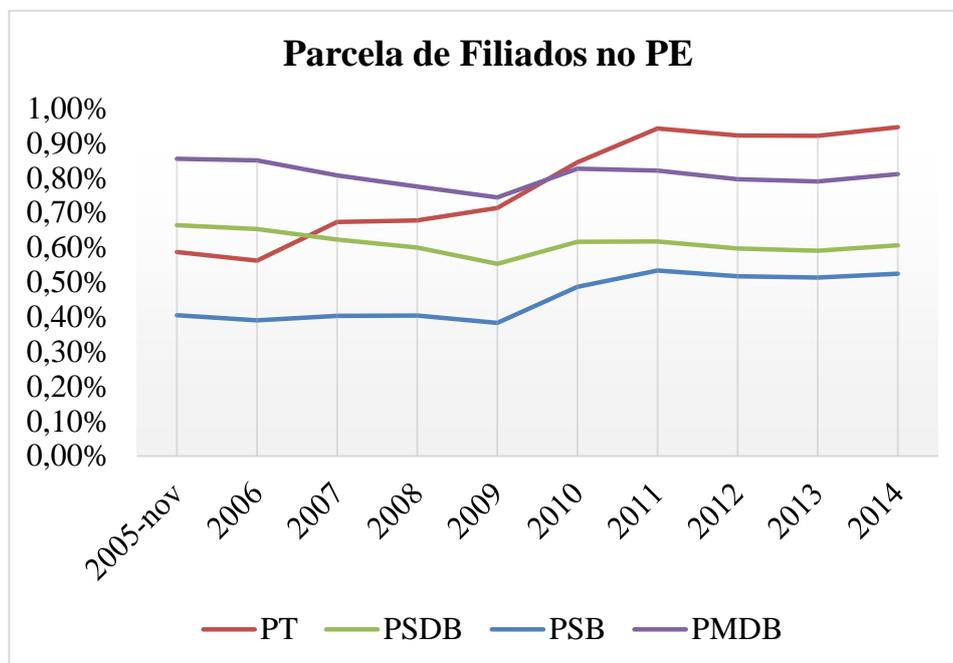


Gráfico 5 - Parcela de filiados no eleitorado de Pernambuco

Portanto do ano de 2005 para 2006 todos os partidos tiveram quedas na parcela de filiados que representavam no eleitorado do estado de Pernambuco, mesmo sendo o período antes e durante as eleições em que o candidato do PSB, Eduardo Campos, conseguiu se eleger. Apesar destes resultados obtidos, a esperança para os dados de 2007 continua a mesma, ou seja, após um ano de governo de Eduardo Campos (PSB) presume-se o aumento do volume da organização do PSB, e a diminuição do principal concorrente. Neste caso, a principal oposição ao PSB é o governo anterior, ou seja, gerido por Jarbas Vasconcellos do PMDB. Esperávamos que em 2007 o número de filiados do PSB aumentasse e que o número de filiados do PMDB decrescesse.

Desta forma, em 2007 os resultados parecessem concordar com a previsão inicial, pois o PSB apresentou taxa positivas de crescimento e o PMDB taxas negativas. Ou seja, em 2007 o PSB exibiu um crescimento de 5,15% e o PMDB uma taxa de -9,31%. Isso quer dizer que em 2006 o PSB contava com 22.737 filiados e passou para 23.908, enquanto o PMDB só perdeu filiados, de 49.547 passou para 47.833. Para o PSB isso representa um pequeno ganho na parcela de filiados no eleitorado, que em 2006 era de 0,39% e passou a ser de 0,40% em

2007; já para o PMDB significa uma grande queda, de 0,85% em 2006 para 0,81% em 2007. Com isso, as duas formas de analisar o crescimento do partido confirmam o crescimento do PSB e a queda do PMDB, assim como previsto na hipótese inicial.

Outros resultados obtidos durante a análise deste período é o crescimento extremo do PT e a contínua queda do PSDB. Como vimos anteriormente, em 2006 o PT apresentou sua taxa de crescimento em -9,54%, e em 2007 o partido mostrou um crescimento abrupto de 21,68%, ou seja, o partido que contava com 32.762 filiados, agora conta com 39.864. A explicação plausível para o crescimento de 2007 é que talvez se trate de um reflexo das eleições de 2006, apesar dos dados de 2006 terem sido coletados em dezembro, ou seja, dois meses após as eleições. Além disso, o partido não venceu as eleições, restando apenas a justificativa de que faz parte de sua estratégia o fomento da militância política. Não é por acaso que se transformou, em 2014, no partido com o maior número de filiados do estado, como é possível notar-se pelo Gráfico 5 exposto.

A queda do PSDB que em 2006 foi de -7,16% e em 2007 de -3,09%, ou seja, de 38.046 filiados o partido passou a ter em 2007, 36.869 filiados, em termos percentuais, a fatia de filiados do PSDB no eleitorado de 2006 era de 0,65% e passou a ser de 0,62% em 2007. Essa contínua queda no número de filiados do PSDB talvez traduza a natureza estratégica do partido, que considera não ser interessante adotar uma política de ampliação da organização, mas sim de maior burocratização, de forma que a distribuição dos incentivos seja menos extensa e menos onerosa.

Como foi apresentado na análise dos outros estados, o ano de 2008 é marcado por quedas, portanto o caso de Pernambuco não será considerado diferente. A ideia era de que com o passar dos anos os partidos sempre crescessem, assim como o eleitorado. Como vimos, não é assim que acontece muitas vezes a evasão acaba sendo muito superior à capacidade de recrutamento de filiados do partido. Um exemplo disto é o próprio movimento do eleitorado do estado de Pernambuco; como é possível notar na Tabela 3 presente no anexo, e no Gráfico 6, que nem sempre o crescimento será positivo.

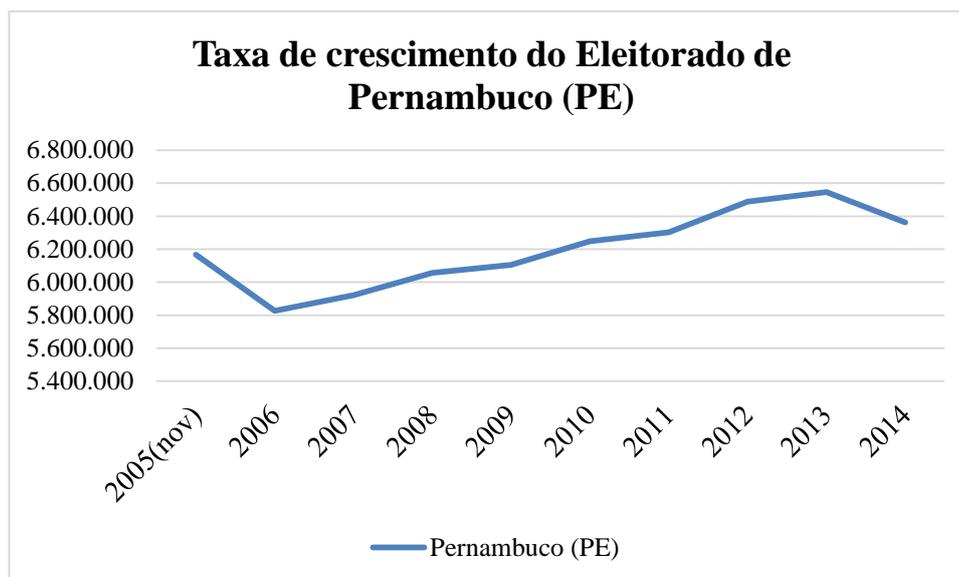


Gráfico 6 – Taxa de crescimento do eleitorado de Pernambuco

Portanto em 2008 o PSB teve uma taxa de crescimento de seus filiados de 2,38%, inferior à do ano passado, e o PMDB teve um declínio, ou seja, sua taxa foi equivalente a -10,99%; isso significa que o PSB conseguiu recrutar alguns filiados, de 23.908 em 2007 para 24.476 em 2008. Já o PMDB perdeu parte de seus filiados, passando de 47.833 em 2007 para 46.946 em 2008. Nesta perspectiva é visível que o PSB cresceu e o PMDB diminuiu. No entanto quando analisamos estes dados levando em conta o crescimento do eleitorado, notamos que não houve alterações perceptíveis para o PSB de um ano para o outro, ou seja, o PSB continuou representando 0,40% da fatia do eleitorado, enquanto a fatia do PMDB diminuiu de 0,81% para 0,78% em 2008.

Assim como em 2007, em 2008 o PT continuou crescendo em número de filiados, mas agora em menor porcentagem: 3,04%, e o PSDB também continuou a cair, mas de maneira menos abrupta: -1,52%.

O ano de 2009, assim como 2005, foi um dos anos mais marcantes em termos de quedas, pois todos os partidos apresentaram declínio em sua taxa de crescimento de filiados, com exceção do PT. Pois neste ano o PT teve um crescimento de 6,11% em seus filiados, enquanto o PSDB teve de -7,03%, e o PSB de -4,35% e o PMDB de -3,24%. Portanto o maior aumento foi do PT e a maior queda foi do PSDB. Sendo que nesse período o estado era governado por Eduardo Campos do PSB esperava-se que pelo menos este partido não tivesse queda no ano anterior à eleição.

Considerando o total de filiados isso vai significar que o PT tinha em 2008 41.074 filiados e inchou para 43.585 em 2009. O PSDB que tinha 36.309 filiados passou a ter 33.755 em 2009. A queda também ocorreu para o PSB que contava com 24.476 filiados em 2008 e passou a ter 23.411 em 2009, e para o PMDB que tinha 46.946 filiados passou a ter 45.427.

Isso significa um aumento na parcela de filiados do PT no eleitorado do estado do Pernambuco em 2009. Ou seja, a fatia de filiados que o partido representa passa a ser de 0,71% (contra 0,68% em 2008). No caso dos outros partidos também haverá uma queda. A fatia de filiados do PSDB passa a ser de 0,55% (contra 0,60% em 2008); a fatia de filiados do PSB cai para 0,38% (contra 0,40% em 2008), e a fatia do PMDB passa a ser de 0,74% (contra 0,78% em 2008). Portanto no ano de 2009 a expectativa era de que o PSDB tivesse, ao menos, números positivos em relação ao crescimento de seus filiados.

Os resultados apontados demonstram que apesar da estratégia adotada pelo PT ser diferenciada dos outros partidos, aparentemente não foi decisiva na hora eleição, pois quem venceu a eleição de 2010 foi, novamente, o candidato do PSB, Eduardo Campos. Pois mesmo o PT conquistando ao longo dos anos um número de filiados bem maior que seus oponentes, esta estratégia parece não ter sido a vencedora da competição política.

Eduardo Campos do PSB conseguiu se reeleger, portanto era esperado, para o ano de 2010, um crescimento maior por parte do PSB, justamente pelo partido estar instalado no governo e ter um maior poder de atração.

Inicialmente, em novembro de 2005 o maior partido em número de filiados de Pernambuco era o PMDB, que ganhou as eleições de 1998 e 2002, época em contava com 52.743 filiados. Em 2010, pela primeira vez, ele deixou de ser o maior partido. Quem passou a ocupar essa posição foi o PT, agora com 52.781 filiados ultrapassou o PMDB que possuía 51.633 filiados. De maneira geral, 2010 foi um ano de inflação no volume das organizações políticas. Esse aumento de volume do PT é perceptível no Gráfico 5.

Em 2010 a taxa de crescimento de filiados do PSB atingiu 30,06%, e do PMDB foi de 13,66%. Ou seja, em 2009 o PSB tinha 23.411 filiados e cresceu chegando a ter 30.449 filiados em 2010, enquanto o PMDB que tinha 45.427 filiados chegou a ter 51.633. Portanto ambos os partidos cresceram, o PSB atingiu a expectativa, pois teve uma taxa de crescimento positiva e superior à da oposição. No que diz respeito à fatia de filiados no eleitorado, este dado também foi positivo para ambos os partidos; na verdade, para os quatro analisados. O PSB que representava 0,38% da fatia do eleitorado passou a representar 0,49%, e o PMDB que tinha 0,74% da fatia em 2009 passou a representar 0,83%.

Outro partido que teve um crescimento surpreendente no ano de 2010, foi o PT, e pela primeira vez o PSDB apresentou taxas de crescimento positivas. Assim o PT exibiu um aumento de 21,10% em seus filiados e o PSDB um aumento de 14,11%. Em números reais de filiados, o PT que contava com 43.585 filiados passou a ter 52.781 em 2010, ultrapassando o PMDB em número de filiados, tornando-se o maior partido. Já o PSDB que tinha 33.755 filiados em 2009, passou a ter 38.517 em 2010. A taxa de crescimento do PT representou um aumento enorme na fatia de filiados do partido no eleitorado, que passou a ser de 0,84% (contra 0,71% do ano anterior), enquanto do PSDB passou a ser de 0,62% (contra 0,55% do ano anterior).

A análise do ano de 2011 reveste-se de importância pelo fato de que ele representa o autêntico resultado do ingresso de determinado partido no governo do estado. Pois com o transcorrer de um ano após as eleições o resultado do número de filiados deve aumentar, devido ao status que o partido fornece e à própria condução do governo atraí mais filiados, enquanto o partido na oposição tende a perder filiados neste ano.

Portanto era esperado em 2011 os dados demonstrassem crescimento no número de filiados do PSB, uma vez que Eduardo Campos (PSB) foi reeleito em 2010, e também uma queda nos filiados do PMDB.

De fato o PSB apresentou taxa de crescimento de seus filiados, de 10,43%, contra uma pequena taxa de crescimento do PMDB de 0,26%. Isso significa, em números reais, que o PSB contava com 30.449 filiados em 2010 e passou a contar com 33.626 em 2011, enquanto o PMDB que tinha 51.633 filiados agora tem 51.765. Em relação ao eleitorado, isso representa que a fatia de filiados do PSB passou a ser de 0,53% (contra 0,49% de 2010) em relação ao eleitorado, enquanto a fatia do PMDB passou a ser de 0,82% (contra 0,83% de 2010).

Portanto, assim como São Paulo, o estado de Pernambuco parece responder positivamente à nossa hipótese inicial, de que o partido que chegou à posição de governador sempre terá seu número de filiados aumentado. Em 2006, Eduardo Campos do PSB foi eleito governador de Pernambuco; em 2007 o PSB apresentou taxas altíssimas de crescimento de filiados em relação à oposição. O PMDB, por exemplo, chegou a apresentar taxas negativas de crescimento. E em 2010, Eduardo Campos foi reeleito, o que ocasionou um crescimento no número de filiados do partido em 2011, superando novamente o PMDB.

Em relação à interferência que as eleições nacionais podem ter provocado no âmbito estadual, os dados demonstraram que dentre os estados estudados, Pernambuco talvez

seja o que mais sofreu algum tipo de influência da dinâmica nacional. Em 2007 o PT apresentou um crescimento de 21,68% no número de filiados e em 2011 um crescimento de 12,53%, contra um crescimento baixíssimo do PSDB, que em 2007 apresentou -3,09% e em 2011 subiu para 0,95%. Para maior clareza, em 2007 os filiados do PT representavam 0,67% da fatia do eleitorado de Pernambuco e passou a representar 0,94% deste eleitorado em 2011, ou seja, houve um crescimento. Já os filiados do PSDB representavam 0,62% da fatia do eleitorado em 2007, e continuou este mesmo valor de 0,62% em 2011, não havendo crescimento significativo. Aparentemente a estrutura nacional pode ter influenciado a dinâmica estadual de filiados do PT, ou pode ser apenas uma característica do partido com militância ativa.

4. Resultados obtidos

Sendo a hipótese de que ao assumir no ano seguinte o poder, o partido terá um crescimento no número de filiados e na medida em que o partido deixa o poder, o número de filiados decresce. Ou seja, o partido que estiver no poder tende a ter, em seu primeiro ano de governo, o número de filiados aumentado, enquanto a oposição que foi vencida na eleição tende a ter seu número de filiados reduzidos. Desta forma, a hipótese nula é de que ao chegar ao governo não gere aumento neste número de filiados ou de que ele diminua instantaneamente.

Olhando a evolução da parcela de filiados que cada partido ocupa em relação ao eleitorado, é possível obter algumas conclusões acerca de aumento da fatia de filiados do partido em determinado estado.

A primeira etapa da conclusão será feita com base na análise individual nos anos de 2007 e 2011 testando-se a hipótese. A segunda terá caráter mais amplo, que levará em conta a comparação do ano de 2014 em relação ao de 2007.

Nesse capítulo referente à investigação do volume da organização, vimos que no PA o partido que estava no governo (PT) em 2007, teve a parcela de filiados amplificada, enquanto a da oposição, PSDB, teve sua fatia reduzida, da mesma forma como é prevista na hipótese.

No caso do RS, neste mesmo ano, não houve equivalência com a expectativa, pois ambos os partidos cresceram, apesar do partido que estava no governo ter tido um aumento maior. Da mesma forma que ocorreu no RS, aconteceu no AC, ambos os partidos apresentaram crescimentos na parcela de filiados, sendo que o partido da situação obteve

destaque em seu aumento. Nesse mesmo ano, o mesmo ocorreu em SP, ambos os partidos cresceram, mas o partido da situação, no caso o PSDB, cresceu mais que a oposição.

Já o caso de PE se assemelha ao do PA, pois ambos caminharam no sentido da hipótese, ou seja, um ano após as eleições, o partido que foi eleito deve ter sua taxa de filiados aumentada, enquanto espera-se que a oposição tenha seu número reduzido.

Assim, este ano de 2007 é um dos casos que convergem com a hipótese pensada, pois em PE o partido que chegou ao governo (PSB) teve sua parcela positiva de crescimento, enquanto a oposição (PMDB) chegou a perder filiados, exibindo porcentagens menores em comparação com os anos anteriores. Como vimos o único caso anterior a este foi o do PA, onde o partido do governo cresceu e o da oposição chegou a diminuir.

Este panorama entre os estados no ano de 2007 nos permite notar que a ocorrência da hipótese prevista não é tão comum, quanto o fato de ambos os partidos crescerem um ano após as eleições, na grande maioria dos casos observados.

No ano de 2011 o PA não seguiu o mesmo padrão, não houve congruência com a hipótese, pois ambos os partidos cresceram a mesma porcentagem de 0,08%, quando o esperado era que o partido que estivesse no poder (PSDB) crescesse e que a oposição (PT) perdesse filiados. Da mesma forma, no RS ambos os partidos cresceram, no entanto o partido da situação (PT) apresentou um crescimento muito maior em relação ao da oposição (PSDB).

O caso do Acre em 2011 é diferente dos visto até agora, pois, apesar de ambos os partidos apresentarem aumento em suas parcelas de filiados, neste caso, o partido da oposição (PSDB) obteve um aumento superior em relação ao partido da situação (PT).

O mesmo fenômeno ocorrido no PA em 2011 aconteceu em SP. Ambos os partidos tiveram a mesma porcentagem de crescimento, só que neste caso, a porcentagem é equivalente a 0,05%. Confirmando a ideia de que sempre há crescimento no primeiro ano do partido que está no poder.

Neste ano de 2011, o resultado no estado de PE se repete em 2007. Pois o partido que chegou ao governo (PSB) teve um aumento na parcela de filiados, enquanto que o partido da oposição (PMDB) perdeu filiados. O fato de estar no poder é suficiente para ter uma elevação na parcela de filiados, e no caso da oposição, é fator de retração na parcela de filiados. Se observarmos a Tabela1 é possível notar que no caso de PE, o partido da oposição (PMDB), não sofre retração apenas no ano seguinte a eleição, mas nos três anos após a eleição. Esse fenômeno é verificado tanto após a eleição de 2006 quanto após a eleição de 2010.

Apesar do PSDB aparentar ter uma história política mais consolidada no Pará, justamente por ter vencido algumas eleições consecutivamente, quando comparamos a evolução da parcela de filiados entre os dois principais partidos de 2007 a 2011, o resultado é diferente. Apesar de ambos os partidos apresentarem crescimento em suas parcelas de filiados, o PSDB tem um crescimento menor que o PT. Este é um caso que possui elementos que vão contra a hipótese formulada, pois mesmo o PSDB sendo governo em 2010, isto não foi fator suficiente para elevar a parcela de filiados do partido.

Isso significa que, de uma maneira geral, neste período analisado de 2007 a 2011 no PA, não houve aumento significativo de filiados do PSDB, ou que houve aumento significativo na parcela de filiados do PT.

Quando olhamos separadamente os resultados nos anos de 2007 e 2011 no estado do RS, nota-se que a parcela de filiados no eleitorado de ambos os partidos aumentaram, sendo que o PT cresceu mais do que o PSDB. Reafirmando a ideia de que o partido que sobe ao poder tem seu número de filiados acrescidos.

Daqui em diante, seguiremos com a análise dos estados pertencentes ao grupo de controle, onde são é mais evidente a relevância de determinado partido sobre outro. O que significa que, neste contexto em que olhamos os dados de 2007 e 2011 e comparamos o crescimento de ambos os partidos mais evidentes, a hipótese pode ser mais bem compreendida e testada.

Ao observar o caso do Acre, neste mesmo período de 2007 a 2011, os resultados não conferem com a hipótese. Pois, pelo fato do governo nestes dois anos analisado terem sido do PT, a expectativa era de que a taxa de crescimento do partido da situação fosse superior ao partido da oposição. Neste caso, o que ocorreu foi o oposto, de 2007 para 2011 o PT teve uma queda em sua parcela de filiados no eleitorado, enquanto o PSDB teve um crescimento. Isto é, resultou em um movimento inverso, divergindo da hipótese.

No caso de SP, era esperado que o partido considerado de maior evidência por vencer consecutivamente diversas eleições, tivesse um desempenho que demonstrasse um aumento superior na parcela de filiados, do que a oposição que não assumiu a posição de governador neste período. No entanto, não foi isso que ocorreu. O PT adquiriu maior parcela de filiados no eleitorado durante este período do que o próprio PSDB que estava no governo.

Porém não houve um movimento oposto à hipótese como ocorreu no AC, pois neste caso, ambos os partidos apresentaram crescimento em suas parcelas de filiados,

diferentemente do caso anterior, onde o partido que sempre foi situação teve uma queda na parcela de filiados, enquanto que a oposição obteve um aumento.

Analisando apenas o PSB e o PMDB em PE, neste mesmo período, chegamos a conclusão que o PSB de fato aumentou significativamente a sua parcela de filiados em relação ao PMDB, ou seja, ambos cresceram mas o partido da situação obteve maior aumento. Reafirmando que o partido da situação terá aumento de filiados, o que não significa que o partido da oposição irá perder ou ganhar filiados.

Quando olhamos para os outros partidos neste mesmo estado, conclui-se que o PSDB permaneceu com a mesma parcela de filiados, sem acréscimo ou decréscimo, enquanto o PT ultrapassou todos os outros partidos analisados. Como vimos, este fenômeno de expansão do PT pode ter diversas raízes, uma delas é a possível influência das eleições nacionais e sua característica militância política.

Portanto a seguir encontra-se a Tabela 1 com os resultados dos testes da hipótese para cada estado nos anos pós-eleição, onde é possível notar onde houve a verificação da hipótese inicial, e onde houve negação da mesma.

Tabela 1 – Resultado do teste da hipótese

Estado Ano	Pará	Rio Grande do Sul	Acre	São Paulo	Pernambuco
2007	Verificação	Negação	Negação	Negação	Verificação
2011	Negação	Negação	Negação	Negação	Verificação

Fonte: Elaboração própria.

4.1. Grupo de controle

Primeiramente o grupo de controle se propôs explicar qual seria a melhor estratégia para obter maior número de filiados, que o partido permanecesse no poder durante mais de uma eleição consecutiva, ou que houvesse alternância de partidos, e conseqüentemente uma disputa política mais forte.

Isso porque dois dos três estados, no caso o AC e SP, que compõe este grupo possuem uma história política marcada pelo predomínio de um partido sobre o outro. Enquanto PE possui uma dinâmica partidária totalmente distinta dos outros casos analisados além da preponderância de um partido sobre outro.

Com base nisso, e no pressuposto de que os estados do grupo de controle se baseiam em partidos com uma história de predomínio político, por vencer consecutivamente as eleições de 2006 e 2010. A ideia inicial era de que, se o grupo de controle apresentasse taxas

de crescimento de filiados maiores que o outros dois estados (PA e RS), significaria que se manter no poder por longo período, seria mais eficiente para adquirir maior número de filiados.

No entanto como veremos a seguir, isso não foi possível de se averiguar, pois tanto o grupo de controle quanto os outros dois estados (PA e RS) apresentam um comportamento muito semelhante no que diz respeito as taxas de crescimento. Pois todos os estados possuem comportamento de crescimento não linear muito semelhante, ou seja, as porcentagens de crescimento serão muito próximas. Isso pode ser justificado pelo caráter sazonal das eleições e das filiações.

No que diz respeito a análise individual do grupo de controle, os seguintes resultados foram obtidos.

Como vimos, o estado do Acre teve predomínio, do governo do PT. O PT e o PSDB apresentaram os seguintes resultados nos anos foco: em 2007 ambos os partidos cresceram, mas PSDB obteve uma taxa de crescimento de filiados maior em relação ao PT. Quando observamos os dados referentes à parcela representativa de filiados dentro do eleitorado, é possível notar o mesmo resultado, em que o PT tem um aumento em sua taxa de crescimento, no entanto, a oposição alcança taxas de crescimento superiores.

Outra observação importante, a qual dá maior relevância para os cálculos referentes à parcela de filiados é que: mesmo o PSDB apresentando taxas de crescimento muito maiores que a do PT, no período analisado, ele não chegou a ultrapassar a quantidade de filiados do PT, como é possível averiguar no Gráfico 6. Por isto a importância de apresentarmos os dados que dão um aspecto mais universal a nossa análise.

No caso do Acre, o partido de oposição (PSDB), o qual não está e não estava no governo nos momentos estudados, adquiriu uma taxa de crescimento de filiados superior daquele partido que detém o poder desde 1998. Isso pode indicar que o partido atingiu o ponto de equilíbrio para manter-se, de certa forma, estável no governo, adotando estratégias que não favoreciam altas taxas de crescimento de filiados. Existe também a possibilidade do PSDB almejar mais espaço entre a população deste estado, incentivando de maneira convicta, novos filiados. De qualquer forma, esta alta capacidade de atração de filiados do PSDB em um território demarcado por consecutivas vitórias do PT, definitivamente não se enquadra na hipótese e muito menos na hipótese nula.

De qualquer maneira, é importante frisar que há diversos eventos externos que podem influenciar nas decisões internas de um partido e dos próprios filiados.

Já no estado de São Paulo, em 2007 as expectativas foram atingidas, pois o PSDB apresentou taxas de crescimento de filiados superiores a do PT. No entanto em 2011 houve uma aproximação dos resultados de ambos os partidos, no que tange ao cálculo do eleitorado. Pois em 2011 o PT cresceu 5,14% e o PSDB cresceu 6,04%, apesar disto os dados que se referem à perspectiva do eleitorado cresceram a mesma porcentagem, como é evidente na Tabela 2, onde ambos os partidos apresentaram o mesmo aumento na parcela de filiados em relação ao eleitorado de 2010 para 2011 equivalentes a 0,05%. Portanto em 2007 a hipótese foi, em certa medida, averiguada, pois o PSDB cresceu consideravelmente mais que o PT. No entanto, no ano de 2011, houve uma aproximação dos resultados em que houve empate no crescimento dos partidos.

O estado de Pernambuco apresenta uma dinâmica política distinta da que vimos até agora, onde a disputa ocorre principalmente entre o PSB e o PMDB, por isto seus resultados serão tão relevantes para trazer contraste ao trabalho.

O estado de Pernambuco parece se aproximar mais da hipótese inicial do trabalho. Pois em 2007 o PSB apresentou taxas de crescimento positivas, equivalentes a 5,15%, enquanto o PMDB apontou uma taxa de -9,31%, aproximando-se assim da hipótese de que: um ano após a eleição, o partido atuante no governo, adquire mais filiado e o partido da oposição tende a perde ou estagnar seu crescimento de filiados. No ano de 2011 este resultado é semelhante, pois o PSB exibiu uma taxa alta de 10,43% enquanto o PMDB chegou próximo à estagnação, com um pequeno crescimento de 0,26%. Portanto o estado de Pernambuco é o que mais irá se aproximar da hipótese inicial.

Dentre os casos do grupo de controle, São Paulo e Pernambuco, demonstram que: o partido que assume o poder terá seu volume de filiados aumentado de tamanho. Já o Acre apresenta um comportamento totalmente distinto, onde a oposição, o PSDB, exibiu taxas muito mais altas de crescimento de filiados do que a própria situação há anos no poder.

No PA, AC, SP, quando os dados acerca da evolução da parcela de filiados são analisados do ano de 2007 para 2011, notamos que, o partido considerado oposição cresceu mais do que aquele que se encontra no governo durante a maior parte dos anos. Isto aconteceu justamente nos três estados onde o predomínio de um partido em relação ao outro é muito mais forte historicamente do que nos outros estados selecionados.

Nos dois casos do grupo de controle, ou seja, no estado do AC e SP, em que a oposição obteve um aumento maior na parcela de filiados do que o partido que estava no poder. Talvez seja possível inferir que a oposição estava se aproximando das ideias de Panebianco.

Vimos que no ano de 2007, os únicos estados a convergirem com a hipótese inicial, foram os estados do Pará e de Pernambuco, sendo que este último também concordou com a hipótese em 2011. E que em 2011, apesar de PE ser o único estado a caminhar plenamente com a hipótese ele também irá ter um fator em comum com todos os outros estados neste ano: o partido que entrou no governo obteve aumento em sua parcela de filiados, independentemente da oposição.

Conclui-se que, com estes resultados foi possível considerar que há outros aspectos mais fortes do que a queda de filiados da oposição, a qual está prevista na hipótese. Como por exemplo, o evidente crescimento da oposição após um ano da eleição, ou efeito do partido da situação sempre ter seu número de filiados aumentado.

4.2. Interferência da dinâmica nacional na estadual

Esta estratégia foi escolhida por visar mapear o aumento e o decréscimo de filiados quando determinado partido passa ter conexões diretas na governança do país.

No caso do Pará, a influência da dinâmica nacional neste ambiente estadual não foi totalmente perceptível em 2007, pois Ana Júlia Carepa do PT venceu as eleições e houve um aumento na taxa de crescimento de filiados do PT, não ficando evidente qual poderia ser a principal causa desse aumento de filiados. Já no ano de 2011, houve um aumento na taxa de filiados do PT, no entanto a taxa do PSDB foi muito superior, determinando assim, que o fator mais relevante para que haja aumento de filiados, neste caso, é que o partido seja detentor do poder. Em outras palavras, a conclusão é de que, no Pará, o parâmetro é o de que: o partido que está no governo estadual acaba tendo maior volume de filiados.

Do mesmo modo que ocorreu no Pará, no Rio Grande do Sul aparenta haver uma predominância da dinâmica estadual sobre a nacional, no que diz respeito à influência de filiados. Pois não houve uma evidente interferência das eleições nacionais, uma vez que em 2007 o PSDB apresentou taxas de crescimento superiores a do PT, pois no ano anterior Yeda Crusius do PSDB tinha vencido as eleições.

No entanto em 2011 a taxa de crescimento de filiados do PT atinge taxas superiores as do PSDB, pois em 2010 o candidato Tarso Genro do PT foi eleito governador do estado, o que pode ter ocasionado tal aumento nesta taxa.

No que diz respeito ao grupo de controle, dois dentre os três estados apresentados resultados semelhantes, apenas Pernambuco que apresentou consequências distintas.

Assim como o Pará e o Rio Grande do Sul, o estado do Acre também teve, tanto em 2007 quanto em 2011 taxas de crescimento de filiados do PSDB que superaram a do PT, que foi desde 1998 partido membro do governo, indicando assim, que as influências das eleições nacionais não foram suficientes para fomentar a filiação no partido em âmbito estadual ao ponto de superar a influência do poder regional.

O mesmo ocorre com o estado de São Paulo, em ambos os anos focos analisado, a taxa de crescimento de filiados do PSDB foi maior que a do PT, ou seja, aparentemente a estrutura nacional das eleições não interferiu na estadual.

O estado de Pernambuco é o que apresentou maiores evidências de uma possível interferência da estrutura nacional na dinâmica estadual, pois apesar deste estado ter governo concorrido principalmente pelos PSB e PMDB, o PT ganha espaço entre a fatia de filiados em ambos os anos focos analisados (2007 e 2011), além disso, essas taxas de crescimento de filiados do PT nestes dois anos foram superiores as taxas do PSB. Portanto isto pode indicar que houve influência nacional no aumento de filiados do PT estadual, pois como vimos anteriormente, o PT venceu as eleições nacionais de 2006 e 2010.

Outro fator que pode justificar este aumento de filiados do PT no estado de Pernambuco pode ser uma opção adotada pelo partido para adquirir maior espaço político entre a população, uma vez que ao que tudo indica é uma região polarizada entre PSB e PMDB.

5. Conclusão

O propósito inicial era compreender, de maneira geral, o ambiente de disputa interna ao partido político. Apesar de ser extremamente complexo e subjetivo, mostrou-se um ambiente ainda mais difícil de ser estudado. Uma vez que, necessariamente temos que refletir sobre o ambiente externo, como por exemplo: financiadores de campanha, grupos de pressão, mídia, novos partidos, economia, entre outros.

Ao longo da pesquisa, alguns elementos se mostraram fundamentais para tentar compreender as consequências da expansão partidária na crise de estabilidade. Alguns desses tentamos responder com este trabalho. Como por exemplo, qual a melhor estratégia para o partido: taxas de crescimento altas e com perfil linear ou taxas de crescimento variáveis; se o movimento de filiações no âmbito estadual é influenciado pelo nacional e o que causa o aumento de filiados, a chegada ao poder ou manter-se no poder.

Evidentemente muitos elementos ainda precisam ser analisados para que haja uma maior compreensão da dinâmica interna partidária, e conseqüentemente tenhamos respostas para alguns problemas como a crise na representação e o processo democrático dentro dos partidos políticos.

Como vimos nos resultados, a hipótese não foi confirmada na maioria dos casos estudados, o que leva a refutá-la. Há outros elementos importantes a serem levados em conta, os quais foram notados ao longo da pesquisa.

O primeiro deles é o efeito que o partido recebe ao chegar ao poder, após um ano da eleição. Nesse ato, a tendência da grande maioria dos estados estudados é de ter um aumento em sua parcela de filiados. Na verdade, em 2007 e em 2011, todos os estados pesquisados confirmaram essa ideia. Quando analisamos 2011 comparando com 2007, apenas o estado do AC apresentou queda no partido da situação.

Estes dados podem significar que chegar ao poder provavelmente aumentará a parcela de filiados no ano seguinte, estabelecendo e reafirmando uma relação direta entre o sistema de filiação e o ano de governo.

Além disso, indicam que os partido possuem taxas de crescimento de filiados que variam de um ano para o outro, uma vez que nenhum partido apresentou taxas de crescimento uniforme, ou seja, com perfil linear ao longo dos anos (de novembro de 2005 a dezembro de 2014).

Isso pode indicar que de alguma forma não é viável para o partido ou para os próprios filiados se manterem ali. Visto que os dados apresentam picos e depressões nas taxa de crescimento de filiados dos partidos, e nunca um crescimento linearizado. Indicando o desinteresse de alguma das partes, ou do partido que acaba promovendo a filiação em apenas certos períodos e desencorajando em períodos em que a estabilidade organizativa é mais importante; ou o desinteresse pode vir do próprio filiado em deixar o partido, por não atingir suas as expectativas.

O segundo elemento notado durante a pesquisa, é o de que, curiosamente, a parcela de filiados da oposição também cresce no primeiro ano de governo. Em 2007, isso ocorreu em três estados, no RS, no AC e em SP, dois cinco analisados. Enquanto em 2011 aconteceu em quatro estados, nos mesmos três citados anteriormente e no PA.

Se levarmos em conta o pensamento de Panebianco, o crescimento de um partido pode significar que o grupo dominante tenha uma tendência em perder sua capacidade de controle, portanto a propensão é que esta coalizão dominante reduza ainda mais o poder, para ter um controle melhor sobre as zonas de incerteza. Neste caso, quem controla estas zonas de incerteza é quem terá o poder e influência dentro do partido.

Este crescimento da oposição pode significar que independente da derrota na eleição, o partido detém a habilidade de continuar crescendo, apesar dos desafios ambientais, ele ainda mantém o controle sobre as zonas de incerteza. Isso demonstra, em longo período, que a melhor estratégia para os partidos é inflar. No entanto, como vimos anteriormente com Panebianco, quando uma coalizão dominante equilibra a distribuição de incentivos, os grupos minoritários e excluídos dentro do partido continuarão no *status quo*, iniciando uma crise de representatividade.

Partindo do estudo teórico de Panebianco, os filiados são ponto chave para a estratégia partidária. Pois quando essa coalizão dominante não é mais capaz de controlar a zona de incerteza referente aos seus próprios filiados, ou facções internas, significa que haverá uma mudança na ordem organizativa, que tal coalizão não soube gerir o incentivo de identidade, ou não foi suficiente.

De maneira geral, o movimento de filiações no âmbito dos estados não aparenta ter muita interferência das eleições nacionais, com exceção do estado de Pernambuco. No entanto para um resultado mais fidedigno é necessário adicionarmos outros dados a nossa análise, como por exemplo, a quantidade de votos por partido em eleições nacionais.

O objetivo da pesquisa é compreender o impacto que a chegada ao governo afere à expansão do partido. Chegamos aos resultados de que, há um evidente crescimento da oposição após um ano da eleição, e que o partido que se encontra em posição de governo, quase sempre terá seu número de filiados aumentado. Porém, em sua grande maioria, daqueles partidos que se encontravam como situação, tiveram um aumento de filiados maior que a oposição. Portanto, chegar ao poder pode favorecer o aumento de filiados no partido.

O fato de todos os estados apresentarem um comportamento onde as taxas de crescimento de filiados não são lineares os aproxima. Justamente pela porcentagem de

crescimento de filiados entre o grupo de controle e os outros dois estados não serem tão diferentes. Provavelmente, como já previa Duverger (1982), pelo comportamento sazonal destes partidos, onde eles tendem a se comportarem de forma semelhante entre eles, de acordo com o período das eleições.

5.1. Possibilidade de novos estudos

Neste primeiro momento, muitas abordagens foram renunciadas por impedimento de caráter instrumental e temporal. No entanto, estas questões podem ser somadas com as possibilidades de novos estudos que este trabalho favorecerá e dará suporte.

O próprio estudo de Duverger acerca do aspecto sazonal seria uma possibilidade. O qual varia o volume do partido de dois em dois anos, contando após a eleição. Com base nesta hipótese de que o ritmo do partido irá depender do sucesso eleição e durante dois anos teria inflação de adeptos, seguido por dois anos de hibernação, onde o partido estagna sua taxa de crescimento, seria possível de se testar. No entanto, não seria suficiente.

Para complementar os estudos, será importante notar o impacto que a expansão do partido exerce sob a dinâmica interna de distribuição de recursos. Partindo desta ideia quando o partido cresce, terá que fazer modificações no nível de financiamento e na composição da estrutura interna do partido, operando forma a centralizar os recursos nas mãos dos membros da coalizão dominante.

Assim sendo, por exemplo, os valores arrecadados pelo partido durante a campanha eleitoral estadual deverão ser analisados tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Se estas características forem evidências de que houve a introdução de um montante maior no partido após ele assumir o poder, é necessário examinar qualitativamente a importância desse aumento e como ele será direcionado dentro do partido, por exemplo, ele pode ser usado para criar novos cargos e de certa forma ser utilizado indiretamente para elaborar uma nova divisão de trabalho dentro do partido.

Os estudos sobre a influência das eleições nacionais sob as estaduais devem continuar, um modo é verificar a magnitude das doações ao partido em nível nacional, antes da chegada ao poder e quando no efetivo cargo. Nesta primeira visão é esperado que a

quantidade de fundos arrecadados pelo partido no âmbito estadual seja muito maior quando este alcança o poder, pois é possível que existam maiores interesses em fazer alianças com o partido ou até mesmo necessidade de pôr em evidência sua identidade com o partido fazendo-lhe grandes doações.

A maneira na qual o partido define as formas de se filiar e até mesmo como ele encoraja esta filiação, são aspectos importantes a serem levados em conta em um estudo futuro, pois refletirá na dinâmica democrática do partido.

Outra possibilidade, é o detalhamento de filiação mensal nos anos de eleição e no ano seguinte a ela. Por exemplo, uma especificação da ocorrência de entrada de filiados no partido nos meses de janeiro, junho e dezembro dos anos de 2010 e 2011, estes dados talvez sejam capazes de sinalizar se existe um período de maior concentração que seja comum para os partidos, e se há períodos de quedas corrente.

Todo este estudo tem possibilidade de criar uma perspectiva mais clara do que entendemos por partidos políticos e como eles funcionam como organizações. Mais do que isto, toda a importância de sua estrutura repousa em seus filiados.

6. Referências:

- DUVERGER, Maurice. “Os partidos políticos”. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB, 1980 [1951].
- MICHELS, Robert. “Sociologia dos Partidos Políticos”. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- PANEBIANCO, Angelo. “Modelos de Partido – Organizações e poder nos partidos políticos”. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Tribunal Superior Eleitoral. Filiação Partidária. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/filiacao-partidaria>>. Acesso em: três de novembro de 2015.

7. Anexos

Tabela 2 - Parcela de filiados no eleitorado por estado

Ano	Parcela de filiados no eleitorado por estado											
	Pará (PA)		Rio Grande do Sul (RS)		ACRE (AC)		São Paulo (SP)		Pernambuco (PE)			
	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PSB	PMDB
2005-nov	0,67%	0,71%	0,39%	0,25%	1,22%	0,77%	1,42%	0,81%	0,59%	0,66%	0,41%	0,86%
2006	0,62%	0,69%	0,39%	0,25%	1,25%	0,72%	0,98%	0,82%	0,56%	0,65%	0,39%	0,85%
2007	0,82%	0,68%	0,40%	0,28%	1,69%	1,07%	1,02%	0,90%	0,67%	0,62%	0,40%	0,81%
2008	0,83%	0,64%	0,39%	0,28%	1,59%	1,00%	0,98%	0,88%	0,68%	0,60%	0,40%	0,78%
2009	0,93%	0,58%	0,39%	0,27%	1,38%	0,94%	1,02%	0,74%	0,71%	0,55%	0,38%	0,74%
2010	1,06%	0,65%	0,42%	0,29%	1,58%	0,97%	1,16%	0,93%	0,84%	0,62%	0,49%	0,83%
2011	1,14%	0,73%	0,47%	0,30%	1,64%	1,12%	1,21%	0,98%	0,94%	0,62%	0,53%	0,82%
2012	1,12%	0,71%	0,47%	0,29%	1,60%	1,09%	1,21%	0,89%	0,92%	0,60%	0,52%	0,80%
2013	1,15%	0,71%	0,47%	0,29%	1,73%	1,07%	1,24%	0,88%	0,92%	0,59%	0,51%	0,79%
2014	1,14%	0,70%	0,46%	0,28%	1,79%	1,08%	1,22%	0,87%	0,95%	0,61%	0,52%	0,81%

Fonte: Elaboração própria - Tribunal Superior Eleitoral. Filiação Partidária. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/filiacao-partidaria>>. Acesso em: três de novembro de 2015.

Tabela 3 – Taxas de crescimento dos filiados e eleitorados

Anos	Taxas de crescimento dos filiados e eleitorados																
	Pará (PA)			Rio Grande do Sul (RS)			ACRE (AC)			São Paulo (SP)			Pernambuco (PE)				
	Eleitorado	PT	PSDB	Eleitorado	PT	PSDB	Eleitorado	PT	PSDB	Eleitorado	PT	PSDB	Eleitorado	PT	PSDB	PSB	PMDB
2005-2006	3,02%	-4,04%	-1,11%	2,07%	1,21%	3,12%	5,14%	7,86%	-1,98%	2,07%	-29,55%	3,06%	-5,52%	-9,54%	-7,16%	-9,07%	-6,06%
2006-2007	3,27%	35,54%	2,02%	1,86%	4,78%	15,23%	1,68%	37,43%	50,62%	1,86%	6,46%	11,83%	1,63%	21,68%	-3,09%	5,15%	-9,31%
2007-2008	5,09%	6,42%	-0,99%	2,02%	0,81%	-0,32%	5,55%	-0,47%	-1,23%	2,02%	-2,87%	-0,67%	2,29%	3,04%	-1,52%	2,38%	-10,99%
2008-2009	1,85%	15,01%	-7,97%	1,38%	-0,95%	-2,70%	1,80%	-11,48%	-4,23%	1,38%	6,41%	-14,69%	0,78%	6,11%	-7,03%	-4,35%	-3,24%
2009-2010	3,58%	17,84%	16,75%	2,45%	10,91%	10,00%	4,28%	18,94%	7,53%	2,45%	16,01%	28,93%	2,35%	21,10%	14,11%	30,06%	13,66%
2010-2011	1,24%	9,05%	13,64%	0,69%	13,62%	4,10%	1,42%	5,51%	17,50%	0,69%	5,14%	6,04%	0,89%	12,53%	0,95%	10,43%	0,26%
2011-2012	5,69%	3,12%	2,76%	2,49%	1,89%	0,86%	4,67%	1,89%	1,48%	2,49%	2,52%	-6,95%	2,94%	0,78%	-0,41%	-0,18%	-0,16%
2012-2013	0,40%	3,73%	0,65%	1,05%	1,19%	-0,23%	2,20%	10,76%	0,70%	1,05%	3,15%	0,72%	0,89%	0,77%	-0,13%	0,09%	0,01%
2013-2014	1,47%	0,12%	0,32%	1,45%	-0,94%	0,08%	-0,45%	2,94%	-0,13%	1,45%	-0,27%	0,19%	-2,81%	-0,19%	-0,29%	-0,65%	-0,11%

Fonte: Elaboração própria - Tribunal Superior Eleitoral. Filiação Partidária. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/filiacao-partidaria>>. Acesso em: três de novembro de 2015.

Tabela 4 – Dados de filiados e eleitorados

Ano	Dados de filiados e eleitorados																
	Pará (PA)			Rio Grande do Sul (RS)			ACRE (AC)			São Paulo (SP)			Pernambuco (PE)				
	Eleitorado	PT	PSDB	Eleitorado	PT	PSDB	Eleitorado	PT	PSDB	Eleitorado	PT	PSDB	Eleitorado	PT	PSDB	PSB	PMDB
2005-nov	4.041.124	26.967	28.894	27.464.862	107.439	68.169	392.225	4.770	3.033	27.464.862	390.113	222.964	6.166.129	36.217	40.979	25.006	52.743
2006	4.162.988	25.878	28.573	28.032.061	108.734	70.298	412.379	5.145	2.973	28.032.061	274.842	229.794	5.826.045	32.762	38.046	22.737	49.547
2007	4.299.085	35.074	29.150	28.553.481	113.931	81.005	419.325	7.071	4.478	28.553.481	292.600	256.971	5.921.259	39.864	36.869	23.908	47.833
2008	4.517.952	37.325	28.861	29.130.821	114.852	80.749	442.582	7.038	4.423	29.130.821	284.206	255.247	6.056.821	41.074	36.309	24.476	46.946
2009	4.601.709	42.927	26.561	29.534.222	113.762	78.566	450.532	6.230	4.236	29.534.222	302.412	217.755	6.104.067	43.585	33.755	23.411	45.427
2010	4.766.611	50.587	31.009	30.256.765	126.170	86.425	469.797	7.410	4.555	30.256.765	350.826	280.742	6.247.525	52.781	38.517	30.449	51.633
2011	4.825.567	55.165	35.240	30.466.834	143.357	89.968	476.459	7.818	5.352	30.466.834	368.875	297.690	6.303.180	59.395	38.882	33.626	51.765
2012	5.099.907	56.888	36.214	31.225.435	146.062	90.744	498.730	7.966	5.431	31.225.435	378.186	276.987	6.488.461	59.861	38.721	33.564	51.680
2013	5.120.507	59.011	36.450	31.554.508	147.795	90.532	509.681	8.823	5.469	31.554.508	390.113	278.977	6.546.479	60.322	38.671	33.593	51.683
2014	5.195.943	59.079	36.567	32.011.076	146.401	90.608	507.407	9.082	5.462	32.011.076	389.076	279.499	6.362.532	60.207	38.558	33.375	51.627

Fonte: Elaboração própria - Tribunal Superior Eleitoral. Filiação Partidária. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/filiacao-partidaria>>. Acesso em: três de novembro de 2015.